



**UFAM**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SERVIÇO SOCIAL  
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

**A PARTICIPAÇÃO DO IDOSO NAS ASSOCIAÇÕES DA  
SOCIEDADE CIVIL EM MANAUS**

**MANAUS**

**2012**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SERVIÇO SOCIAL  
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

**ÚRSULA CASTRO LAPA**

**A PARTICIPAÇÃO DO IDOSO NAS ASSOCIAÇÕES DA  
SOCIEDADE CIVIL EM MANAUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, linha de pesquisa Questão Social, Políticas Públicas, Trabalho e Direitos Sociais da Amazônia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Orientadora Prof<sup>a</sup>. Dra. Yoshiko Sasaki

**MANAUS**

**2012**

# ÚRSULA CASTRO LAPA

## A PARTICIPAÇÃO DO IDOSO NAS ASSOCIAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL EM MANAUS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, linha de pesquisa Questão Social, Políticas Públicas, Trabalho e Direitos Sociais da Amazônia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

### BANCA EXAMINADORA:

---

**Prof<sup>a</sup>. Dra. Yoshiko Sasaki**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dra. Cristiane Bonfim Fernandez**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dra. Raquel Wiggers**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM**

## **DEDICATORIA**

**A Deus por proporcionar ao homem total arbítrio para que este escreva o enredo de seu próprio destino. A minha família, pelo suporte e compreensão e o amor que me proporcionaram ao longo desta caminhada, a qual poderíamos ter passado juntos.**

## **AGRADECIMENTOS**

Espero contemplar a todos, pois tenho muitas pessoas as quais devo reconhecimento especial;

A DEUS por estar sempre presente em meu coração e pensamento, impulsionando-me a vencer todos os dias, mesmo naqueles momentos em que não acreditava que ia conseguir mais esta vitória;

A toda a minha família pelo amparo e carinho dedicado a mim, a cada instante de luta que foi vencido até chegar a este momento tão reflexivo;

A minha orientadora, Profa. Dra. Yoshiko Sasaki, pela paciência, incentivo, dedicação e exemplo em todos os aspectos para melhoria da minha formação acadêmica. Obrigada por acreditar em mim!

Ao meu marido Cláudio Moisés dos Santos Lapa, que sempre apoiou todos os meus projetos e esteve presente em cada momento de minhas angustias, sempre me incentivando em prosseguir até quando eu mesma achava que não conseguiria avançar nas reflexões. Obrigada pela sua dedicação!

Aos sujeitos sociais deste estudo (os idosos), por compreenderem a proposta do trabalho e estarem disponíveis a contribuir com a pesquisa e com a ciência;

A Universidade Federal do Amazonas, especificamente, ao Programa de Pós-Graduação Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, representado pelo corpo docente, que me proporcionou a oportunidade de realizar mais uma etapa na minha vida acadêmica, aprendi muito com todos. VALEU!

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Amazonas, que durante a realização do Mestrado concedeu uma bolsa de estudos a qual foi extremamente importante para me auxiliar nos estudos e pesquisas, meus agradecimentos.

As professoras Dras. Cristiane Bonfim Fernandez e a Raquel Wiggers, as quais contribuíram bastante para a melhoria deste trabalho, no Exame de

Qualificação, através das contribuições oportunas.

Aos meus filhos Bárbara Castro Lapa e Moisés Israel Castro Lapa, por aguardarem momentos de carinho, meus amores, vocês foram a razão de eu continuar a escrever sempre que sentia o desânimo me abater. AMO VOCÊS!

Ao Celismar, Secretário do Mestrado PPGSSA, sempre educado, paciente e disposto a nos auxiliar nos momentos mais críticos em que foi solicitado pelos mestrandos, a minha sincera gratidão!

A todas as pessoas aqui não citadas explicitamente, que de forma direta ou indireta me ajudaram a realizar esta conquista. O meu singelo agradecimento!!!

**Agradeço.**

***“Eu vivia para o trabalho, trabalhei para viver, sonhava com a aposentadoria, enquanto trabalhava, e agora, aposentado, sonho com o trabalho, que se perdeu no tempo.”***

**(Autor Desconhecido)**

## RESUMO

A participação e o controle social são ações que assumem novas dimensões na atuação da sociedade civil a partir da Constituição Federal de 1988 junto ao Estado. Com isso, emergem os conselhos de controle das políticas públicas nas diversas áreas, inclusive no segmento idoso, em que são debatidas a garantia de aprovação e implementação das leis específicas como a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso. Buscou-se analisar a participação dos idosos nas associações da sociedade civil em Manaus. E ainda identificar o funcionamento das associações de idosos da sociedade civil nos órgãos de controle em Manaus, ao traçar a visão dos idosos e dos líderes das associações de idosos sobre o seu funcionamento e as suas participações nos mesmos e ainda conhecer que demandas os representantes dos idosos levam aos conselhos de idosos. Utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica e de campo (entrevistas e participação nas reuniões dos Conselhos). Com abordagem quanti-qualitativa, com aplicação de formulários de entrevistas junto a 10 entrevistados, entre idosos que frequentam as Associações de Idosos de Petrópolis, Coroadó e Cidade Nova, os respectivos coordenadores/líderes e uma representante governamental. Os resultados apontaram que os direitos assegurados pela legislação específica avançam nas demandas à medida que a sociedade civil envolvida se organiza para debater sobre a proteção social junto ao Estado. Essa a participação se dá de forma voluntária pelos representantes dos idosos e pelos próprios idosos que se interessam pelo debate e passam a lutar através das Conferências, Encontros e Fóruns que envolvem as políticas públicas de atenção ao idoso. Nesse sentido, a pesquisa aponta que há idosos que participam ativamente das atividades sociais, esporte e lazer, oferecidas pelas associações, mas há também muitos idosos que não precisam estar vinculados a uma associação de idosos para participarem, e mesmo assim participam dos debates e das Conferências quando estimulados a fazer como exercício de cidadania.

Palavras-Chave: Idoso; Participação; Sociedade Civil; Controle Social.



## ABSTRACT

The aged participation was analysed in civil society associations, whose representatives make part of the management councils for control of public policy, mainly in Social Assistance for aged in Manaus. Bibliographic and field (interview and meeting of the boards participation) research were used. And the results showed differences between the rights guaranteed in the legislation and the government and civil society public policy front of the demands for aged social protection. The participation and the social control became more apparent from the Constitution of 1988, the civil society was recognized to make part of public policy decisions. Thus, the management councils grow in several, including aged segments, in which aged and social participation in Conferences and debates contribute for improvements in the elaboration of public policy for aged people. Might be noted that the representation on the boards is more exercised by the coordinators of groups than for the elderly. Considering the social participation as democratic participation, does not yet exist a clear aged participation, given that they transfer their participation for the association representatives, which are called group coordinators. The study's methodology was qualitative and quantitative, interviews forms were developed and 10 elderly people, which make part of the association, were interviewed in the neighborhood of Petropolis, Coroado and Gloria. The research shows that the most part of the older people are actively participating in the activities offered by the associations and they also make part of debates and conferences when stimulated. Was noted that the interest of the elderly in live associations is among the participants and the practice of sport and leisure activities. Related to the elderly participation in associations is noted the importance of the elderly in the construction process of its own history. And in their democratic participation were verified interests like know their social rights and the Aged Statute against violence suffered by them. Most of these elderly are in precarious situation, they have low education and unsatisfactory housing conditions because their family live with them and also depend of their wages. So it is a fact that the people are living longer, but there is no guarantee that they are living a worthy life. The elderly and civil society representative participation is voluntary and it is contributing in the debates and conferences to improve the public policy implementations for aged people in Manaus.

The representativeness and how to choose the leaders of the elderly should still be improved in public policy management councils. The guarantee of rights remain tenuous despite the advances provided by law. The right advances of the elderly population and the possibility to generate improvements in their life conditions are asked and it is clear that the public policies must be strengthened for this sector.

Keywords: Elderly Participation; Civil Society; Social Control.

## LISTA DE SIGLAS

<b>AM</b>	Amazonas;
<b>AMEGAM</b>	Associação de Motricidade e Estudos Gerontológicos do Amazonas;
<b>ANG</b>	Associação Nacional de Gerontologia Social;
<b>ACEPI</b>	Associação Cearense Pró-Idosos;
<b>CAIMI</b>	Centro de Atendimento Integral à Melhor Idade;
<b>CAPS</b>	Caixa de Aposentadorias e Pensões;
<b>CEI</b>	Conselho Estadual do Idoso;
<b>CF</b>	Constituição Federal;
<b>COBAP</b>	Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas;
<b>FDT</b>	Fundação Doutor Thomas;
<b>FOPI</b>	Fórum Permanente do Idoso;
<b>IAPS</b>	Instituto de Aposentadorias e pensões;
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
<b>ILPI</b>	Instituição de Longa Permanência de Idosos;
<b>INAMPS</b>	Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social;
<b>INPS</b>	Instituto Nacional de Previdência Social;
<b>INSS</b>	Instituto Nacional de Seguridade Social;
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;
<b>LBA</b>	Legião Brasileira de Assistência;
<b>LOAS</b>	Lei Orgânica da Assistência Social;
<b>ONG</b>	Organização não Governamental;
<b>OMS</b>	Organização Mundial de Saúde;

<b>PPI</b>	Pastoral da Pessoa Idosa;
<b>PADI</b>	Programa de Atendimento Domiciliar ao Idoso;
<b>PIBIQ</b>	Programa Institucional de Iniciação Científica;
<b>PMI</b>	Política Municipal do Idoso;
<b>PNI</b>	Política Nacional do Idoso;
<b>SBGG</b>	Sociedade Brasileira de Gerontologia e Geriatria;
<b>SESI</b>	Serviço Social da Indústria;
<b>SESC</b>	Serviço Social do Comércio;
<b>SUHAB</b>	Superintendência de Habitação;
<b>UAPB</b>	União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil;
<b>UA</b>	Universidade do Amazonas;
<b>UFAM</b>	Universidade Federal do Amazonas.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Composição do Conselho Municipal do Idoso de Manaus.....52

Tabela 2 – Tempo de Participação dos Representantes no CM.....60

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Grupos e Associações de Idosos em Manaus .....	41
Quadro 2 - Grupos e Associações de Idosos em Manaus – Zona Sul.....	43
Quadro 3 - Grupos e Associações de Idosos em Manaus – Zona Norte .....	44
Quadro 4 - Grupos e Associações de Idosos em Manaus – Zona Leste .....	44
Quadro 5 - Grupos e Associações de Idosos em Manaus – Zona Oeste.....	45

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO I - A QUESTÃO DO ENVELHECIMENTO NA SOCIEDADE CAPITALISTA</b> .....	<b>20</b>
<b>1.1 Situando a velhice no Brasil</b> .....	<b>21</b>
1.1.1 Aspectos demográfico, econômico e social do envelhecimento.....	25
1.1.2 Idosos "ativos" e participantes de associações.....	30
<b>1.2 Os grupos e associações de idosos dos anos 70 aos anos 2010</b> .....	<b>33</b>
<b>1.3 Criação das associações de idosos em Manaus</b> .....	<b>37</b>
1.3.1 As associações de idosos da sociedade civil que participam do Conselho Municipal do Idoso em Manaus.....	51
<b>1.4 Perfil dos idosos participantes de associação de idosos</b> .....	<b>56</b>
1.4.1 A visão dos idosos sobre o funcionamento e participação nas associações e no Conselho Municipal do Idoso .....	61
<b>CAPÍTULO II - AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS IDOSOS E A PARTICIPAÇÃO EM MANAUS</b> .....	<b>65</b>
<b>2.1 A legislação brasileira e as contradições nas demandas de proteção social</b> .	<b>65</b>
2.1.1 ONGs e OCIPs.....	70
2.1.2 As Políticas Públicas voltadas aos idosos.....	73
2.1.3 O funcionamento dos conselhos como órgão de controle das políticas públicas voltadas ao idoso .....	80
<b>2.2 A representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Idosos</b> .....	<b>87</b>
2.2.1 Demandas defendidas no Conselho, tendo por referência a associação de idoso que representa.....	89
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>93</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>96</b>
<b>APÊNDICE</b> .....	<b>100</b>

## INTRODUÇÃO

Até bem pouco tempo, ouvia-se falar que o Brasil era uma país de jovens, porém esta realidade vem mudando. O país está apresentando um número expressivo de pessoas acima de 60 anos e isto faz com que a sociedade repense vários aspectos como: aposentadoria, esporte e lazer e cobertura de serviços sociais especializados.

Dados do IBGE(2010), apontam que a população com 65 anos ou mais chegou a 7,4% e se considerar a partir de 60 anos aponta 11%. O crescimento absoluto da população do Brasil nestes últimos dez anos se deu principalmente em função do crescimento da população adulta, com destaque também para o aumento da participação da população idosa, principalmente na faixa de 80 a 90 anos.

Na comparação entre regiões, o Censo mostra que a região Norte, apesar do contínuo envelhecimento observado nas duas últimas décadas, ainda apresenta uma estrutura bastante jovem, devido aos altos níveis de fecundidade no passado.

As estatísticas ainda apontam um grande número de jovens no país, as quais passam por um processo de transição não lento, mas que chama atenção para adaptações no modo de vida da população idosa que demanda serviços qualificados a partir do processo de envelhecimento humano. O que preocupa pesquisadores na área da gerontologia social, bem como em áreas afins, considerando que em 2030, o Brasil será o sexto no *ranking* de países com maior contingente de idosos segundo IBGE (2010). Neste sentido ainda é grande a desinformação sobre as particularidades e os desafios a serem enfrentados com o envelhecimento da população.

Diante deste cenário e, por conta da Constituição de 1988, os debates a respeito do envelhecimento ganham visibilidade, e desta maneira por um lado as mobilizações sociais passam a ser mais frequentes para atender as demandas dos idosos por serviços especializados, enquanto por outro lado, a sociedade civil é reconhecida pelo Estado e passa a ter uma participação efetiva nas propostas, deliberações e fiscalização na gestão das políticas públicas.

Com isso, emergem nas diversas áreas bem como, no segmento idoso, a participação em grupos sociais, com as aprovações de leis específicas como: a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso.



Mesmo as pessoas vivendo mais tempo, isso não garante que estejam tendo uma velhice com qualidade de vida, pois há sim a possibilidade de se gerar melhorias nas condições de vida dos idosos, a partir da garantia da implementação das políticas públicas, a exemplo das leis específicas.

Há também o envolvimento dos idosos através da participação e da cobrança de serviços que viabilizem condições para que mais pessoas envelheçam ativamente, com atenção preventiva e de promoção à saúde contribuindo para o prolongamento da vida.

Neste sentido, a sociedade civil através da organização e da representatividade junto ao Estado, tem como resultado as negociações que influenciam diretamente na inclusão das reivindicações na agenda pública, reforçando, a necessidade de uma rede de serviços de assistência social e de saúde que atendam com qualidade a população idosa.

Este estudo revela, a partir dos dados do IBGE (2010), que a crescente participação dos idosos nos mais variados movimentos sociais, são canais de manifestação de suas demandas por serviços que venham beneficiá-los, já que a sociedade civil organizada é chamada para compor os órgãos de controle em cada nível de atenção (municipal, estadual e federal).

Dentro desse contexto, os idosos de forma geral se configuram como uma parcela da população que está vivenciando as consequências das mudanças em curso, tendo, portanto a capacidade de se redefinir e de se transformar mediante as relações, ações e decisões de seus membros.

Sendo assim, é nesta direção que os idosos avançam em encontros com o exercício de participação e com a busca de melhores coberturas para proteção social do segmento. Há de se destacar que não são todos os idosos que participam diretamente do processo de mobilização, participação nas associações e como representantes nos órgãos de controle, mas se espera que a cobertura dos direitos seja sim de acordo com o que preconizam as legislações conforme o direito de igualdade.

As décadas de 1980/1990 foram, então, um período fértil de questões sobre a velhice. No entanto, é no início dos anos 90, com maior mobilização, e com a criação das políticas voltadas para os idosos e com a criação dos Fóruns e dos Conselhos de idosos que há uma maior visibilidade neste processo. Como ressalta-

se, o movimento do idoso, que caminha numa direção sociopolítica (por cidadania, garantias sociais, participação e direitos), tímido e, no conjunto, frágil e precário, não chegando portanto, a ser expressivo para a sociedade como já o era o movimento dos aposentados como destaca Paz (2006, p.198-199).

Assim se ressaltam as relevâncias social, cultural e política, as quais se justificam, através dos avanços conquistados de acordo com o contexto histórico e da organização sóciopolítica de parcelas do segmento idoso, que gradativamente vem ganhando representatividade na sociedade civil, mesmo considerando que a participação não é algo muito visível na realidade brasileira.

Desse modo, objetiva-se analisar a participação dos idosos nas associações da sociedade civil, cujos representantes participam nos espaços de controle das políticas públicas, principalmente na área da assistência social voltada a atender as demandas sociais dos idosos na realidade de Manaus, mesmo considerando somente 0,8% da sua representação participativa (RITS, 2005).

Para atingir tal objetivo, utiliza-se da pesquisa bibliográfica, documental e de campo (entrevistas e participação nas reuniões das Associações de Idosos e no Conselho Municipal do Idoso e análise de suas atas de reunião).

Desse modo este estudo verifica a representatividade dos idosos e dos coordenadores (líderes) das associações sobre a dimensão da participação junto aos conselhos de controle das políticas públicas demandadas pelo segmento idoso.

O estudo busca debater também as seguintes questões: como as associações e seus representantes se organizam para participar e exercer o controle social junto ao Estado? Como se dá a fiscalização para cobrar a implementação das leis via políticas públicas em Manaus? Também visa verificar quem são os representantes junto aos conselhos?

Busca ainda identificar aspectos da criação das associações de idosos inseridos na luta pela garantia dos direitos sociais, e qual a demanda que os representantes levam aos conselhos de controle de políticas públicas?

Quanto ao *lôcus* da pesquisa serão as associações de idosos de Manaus em particular os da Zona Sul, Zona Leste e Zona Norte de Manaus. Tendo como técnica de pesquisa, formulário de entrevista semi-estruturado, caracterizado pela observação direta, sendo entrevistados 10 participantes representantes governamentais e representantes da sociedade civil, que participam das atividades

oferecidas pelas associações de idosos.

O estudo foi organizado em dois capítulos:

O primeiro – A questão do envelhecimento na sociedade capitalista – aborda a questão da velhice, envelhecimento, situando a velhice no Brasil, buscando compreender os aspectos demográficos, econômicos e social do envelhecimento e sobre os idosos "ativos" e participantes de associações de idosos.

No segundo – As políticas públicas voltadas aos idosos e a participação na sociedade civil – é apresentado a partir da legislação brasileira e as contradições nas demandas de proteção social e ainda destaca as Políticas Públicas voltadas aos idosos e ainda sobre o perfil dos idosos participantes de associações de idosos e a visão dos idosos sobre funcionamento e participações nas associações e no conselho. Sendo assim, faz-se algumas considerações sobre a metodologia da pesquisa e logo à seguir é apresentado o resultado da mesma, com análise e interpretação, à luz do referencial teórico adotado. E finalmente se tecem algumas considerações finais sobre o estudo.

## CAPÍTULO I

### A QUESTÃO DO ENVELHECIMENTO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Tratar da questão do envelhecimento na sociedade capitalista nos remete a refletir sobre as mudanças que vêm ocorrendo na sociedade de modo geral, a partir da esfera global nos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, tendo em vista que a população está envelhecendo de forma acelerada.

Na América Latina e em específico no Brasil, o processo não é diferente, o que vem demonstrando uma tendência à necessidade de ampliar ou criar políticas públicas voltadas a esse segmento, bem como capacitar de forma crítica e reflexiva os profissionais com o intuito de possibilitar condições de atender à demanda emergente de idosos nas suas variações.

Para atender esse segmento que está abaixo do nível de pobreza tolerada, são criadas políticas sociais focalizadas, Montaño (2010, p.23) aponta que:

Criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades e, por outro lado, a partir da precarização e focalização (não-universalização) da ação social estatal e do terceiro setor, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial.

É neste cenário que a questão do envelhecimento na sociedade capitalista tem como desafio "a compreensão de que a área social se tornou essencial para as próprias atividades econômicas" (Idem, p.23).

No que concerne à velhice Arantes (2005, p.116) explicita que "estudar e desenvolver políticas públicas que deem conta do processo de envelhecimento da sociedade é considerar características da gestão de serviços em organizações do terceiro setor".

A gestão do terceiro setor (aqui entendida como sociedade civil organizada) juntamente ao processo de envelhecimento com foco na gerontologia social, não pode deixar de considerar e compartilhar experiências, em países desenvolvidos e em desenvolvimento, para dar sustentação a esse novo paradigma social, que não pode ter formato único, em razão de peculiaridades locais, ressaltando que se necessitam de subsídios informacionais, global e em rede.

## 1.1 Situando a velhice no Brasil

Beauvoir (1990) aborda no livro “A velhice” (publicada na França em 1970, e no Brasil em 1972 e nova edição em 1990) a condição das pessoas idosas em todo mundo, e especificamente na França, que passados 40 anos é bem atual a sua análise e traz elementos para explicitar também a realidade dos países em desenvolvimento como o Brasil.

De modo que nos referendaremos nas análises dela e de autores da atualidade, para refletir a questão do envelhecimento na sociedade capitalista brasileira. De acordo com a autora, a velhice não é um caso isolado, uma vez que a sociedade se acomoda facilmente à condição escandalosa em que estas pessoas se encontram, mas chama atenção também para as condições das crianças e jovens que estão abandonadas a sua própria sorte na análise realizada naquele contexto histórico dos anos 60.

Mesmo na França a partir da década de 60 houve avanço nos direitos dos idosos com a regulamentação da aposentadoria, momento em que muitos deles passaram para uma posição mais confortável, reconhecidos como “idosos” com toque de prestígio (PEIXOTO, 1998).

Papaléo Netto (2002, p.10), elaborou na visão médica, termos classificatórios, definidos das seguintes formas: envelhecimento como processo, a velhice como fase da vida e o velho ou idoso como resultado final; todos possuem componentes que estão intimamente relacionados.

A sociedade vive a revolução tecnológica e informacional, em que, de um lado, coloca muitos idosos conectados com a sociedade em redes sociais normalmente ricos, ou seja em condições de vida favorável ao envelhecimento pelo menos na questão econômica; por outro lado, em sua maioria pobres, muitos idosos estão fora desse circuito devido sua condição de vida de pobre, alguns em nível de sobrevivência e outros idosos mesmo conhecendo os avanços tecnológicos não estão inseridos neste mundo tecnológico e de informação, apontando as diversidades de idosos e suas condições de vida.

Analisar a realidade atual, é considerar os instrumentos que possibilitaram o estreitamento das relações sociais independente da intergeracionalidade. Desta forma, pode-se utilizar termos classificatórios sobre velho, velhice, envelhecimento,

idoso e terceira idade na visão de alguns autores que contribuirão com o debate:

Peixoto(1998,p.77) reflete que "ainda que existam outros termos classificatórios para a velhice no uso corrente, o termo que designava, até essa época, a pessoa envelhecida era sobretudo "velho". Ou seja, o termo velho empregado de maneira geral, datando dos anos 60, o qual ainda não possuía um caráter pejorativo, era considerado como um modo de expressão afetivo ou pejorativo, a autora continua "o seu emprego se distinguia pela entonação ou pelo contexto em que seria utilizado"(p.77).

Debert (2000, p.50) conceitua a velhice da perspectiva antropológica, e também da pesquisa histórica, ressaltando em primeiro lugar que:

As representações sobre a velhice, a posição social dos velhos e o tratamento que lhes é dado pelos jovens ganham significados particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos. A mesma perspectiva orienta a análise das outras etapas da vida, como infância, adolescência e juventude.

Ainda na visão desta autora na produção antropológica sobre as sociedades primitivas esteve voltada para a descrição da diversidade da maneira com que são tratados indivíduos em diferentes etapas da vida.

Neri (2006) aponta que o envelhecimento é um processo de perdas em relação a muitos aspectos da vida. Entretanto, algumas coisas, ao contrário de serem perdidas, acumulam-se. Para a autora, a acumulação de experiências permite a alguns idosos até mesmo alcançar elevado grau de especialização e domínio nos mais diversos campos das atividades humanas.

Peixoto (1998, p.73) aponta que idoso é um termo que traz consigo uma certa ambiguidade, serve para caracterizar tanto a população envelhecida em geral, quanto os indivíduos originários das camadas sociais mais favorecidas na França no final dos anos de 1960, quando estes começam a receber os seguros da previdência social.

Ao analisar a construção da identidade do idoso, são destacados elementos como o corpo, o trabalho, a família e as relações sociais externas ao convívio familiar, nas suas tramas relacionais, como enfatiza Silva (2004, p.96):

o homem que constrói sua identidade pessoal diretamente dependente de sua identidade sócio-profissional não consegue perceber sentido fora do

trabalho e a aposentadoria, criada inicialmente como repouso merecido para aqueles que trabalham até determinada idade cronológica, está intimamente relacionada com a definição da fase velhice.

Ou seja, muitos aspectos destacados pelos autores acima, situam a velhice no Brasil tendo em vista que o indivíduo é composto de uma totalidade. Assim, Zimerman (2000, p.15) destaca que:

não é mais possível ignorar a necessidade de darmos atenção à velhice no âmbito institucional, político e econômico ou da saúde.(...) Os velhos têm necessidades próprias, características e peculiaridades que devem ser atendidas.

Zimerman aponta que com essa mudança do perfil demográfico mundial, é necessária toda uma reestruturação social, política e econômica. Sendo assim, estimula o poder público e a sociedade a reformular conceitos e posturas diante do acelerado crescimento do número de idosos, criando novos espaços, produtos e serviços.

Mercadante (2003) aponta o termo velhice como natural e cultural. É natural como um fenômeno biológico, mas é também imediatamente um fato cultural na medida em que é revestida de conteúdos simbólicos.

Portanto, há possibilidade de uma parcela trabalhadores ainda na fase produtiva começarem a se preparar para aposentadoria agregando atividades sócioeducativas e comunitárias para garantir uma aposentadoria e mesmo uma velhice em atividades, considerando que há aposentados que buscam outras maneiras de ocupar seu tempo.

Peixoto (1998, p.78) analisando esses termos na França dos anos 1960, destaca que:

as ações em favor da mudança de nomenclatura se multiplicam, as instituições governamentais adotam uma outra representação das pessoas envelhecidas(...).Trocam-se apenas as etiquetas. Doravante, a categoria idoso invade todos os domínios e o termo "velho" passa a ser sinônimo de decadência, sendo banida dos textos oficiais.

Com a mudança da nomenclatura se inicia uma fase cultural e social que traz aos idosos uma opção em criar novos papéis ao período do não emprego e uma negação ao termo velho relacionado a decadência, que também foi adotado no Brasil, mas que gradativamente vem tendo alterações.

Debert (2000, p.53) contribui com o debate quando afirma que as formas de periodizar a vida e a definição das práticas relacionadas a cada período apresentam variações como o conceito de "terceira idade", sendo

uma criação recente das sociedades ocidentais contemporâneas. Sua invenção implica a criação de uma nova etapa na vida que se interpõe entre a idade adulta e a velhice e é acompanhada de um conjunto de práticas, instituições e agentes especializados, encarregados de definir e atender as necessidades dessa população que, a partir dos anos 70, em boa parte das sociedades europeias e americanas, passaria a ser caracterizada como vítima da marginalização e da solidão.

Explicita ainda que esta designação "terceira idade" distinguiria da velhice pobre, ou seja, esta categoria faz-se então necessária para designar mais respeitosamente a representação dos jovens aposentados.

Aponta também que as categorias de idade podem ser construções culturais que mudam historicamente, o que não significa dizer que elas não tenham efetividade. Essas categorias são constitutivas de realidades sociais específicas. Neste processo as análises sociológicas e os textos demográficos, acompanham a mesma mudança conceitual.

Peixoto (1998, p.80) destaca que se multiplicam os termos classificatórios e com isso também se agregam termos que possuem interesses como o termo "terceira idade é fundamentalmente empregado nas proporções relativas a criação de atividades sociais, culturais e esportivas, ou seja, *terceira idade* designa principalmente os 'jovens idosos' ". Nesse sentido novos recortes são propostos: jovens idosos(60 a 69 anos); idosos adultos(70 a 79 anos) idosos-idosos(80 a 89 anos), idosos mais idosos(90 a 99 anos) e centenários(acima de 100 anos).

Como sugere Salgado (1982, p.10), a sua maneira, cada indivíduo idoso elabora esquemas e estratégias de adaptação pessoal à velhice. Esses esquemas serão o reflexo de toda sua história de vida, portanto, poderão ser mais ou menos construtivos e socialmente positivos,

pode-se afirmar que a simbologia das representações sociais determina a forma como a sociedade encara o processo de envelhecimento, o valor dado ao indivíduo que envelhece e ao velho. Essa representação da velhice determina também o tipo de relação que a família, célula dessa sociedade, estabelecerá com seus idosos.



Desta forma passam a criar um modo particular de situar a velhice, além de buscar relacionar "a influência biológica ou patológica" como enfatiza Papaléo Netto (2002).

Ou ainda, pode ser uma grande referência como destaca Neri (2006, p.143):

é importante lembrar que, não só para o idoso como para indivíduos de qualquer idade, a informação em si tem pouca relevância, mas pode se constituir uma riqueza, sua moeda relacional nas trocas sociais, aqui tangenciamos as razões tanto do esquecimento como do prazer de cultivar lembranças.

Situar a velhice no Brasil ainda é algo contraditório, tendo em vista a permanente oscilação nas questões econômicas, políticas, culturais e sociais e na luta por avanços nas políticas públicas, o que envelhecer torna-se um desafio, num país em que outros valores são enfatizados para Peixoto (1998, p.82) "reeditam a imagem de um país dividido entre pobres e ricos".

E entre velhos, idosos, terceira idade e, ainda, entre os que mesmo envelhecidos, não se auto identificam como velhos/idosos, uma vez que são cidadãos e por isso são chamados pelo nome próprio. Ou seja, estão engajados na sociedade e reconhecidos pelo seu prestígio e visibilidade pública, por exemplo Oscar Niemayer, Senador Sarney, entre outros (e não faz parte da nossa pesquisa).

Portanto, estudar o envelhecimento é pensar sobre um sujeito, um "outro" que não é um outro que nunca serei; mas que um dia, serei e seremos, ou até já somos o "outro"(DEBERT,1999). Essa referência se contrapõe a uma ideia de que velho é sempre o outro, de que a velhice deva ser um choque que chega primeiro pelos olhos dos outros, como disse Beauvoir nos anos 60.

#### 1.1.1 Aspectos demográfico, econômico e social do envelhecimento

Estudos realizados pelo (IBGE, 1991, 2000 e 2010) e as projeções estatísticas da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2010), destacam que o Brasil, até 2030 ocupará o sexto lugar quanto ao contingente de idosos, alcançando cerca de 32 milhões de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Portanto, daqui a 13 anos e, ainda é grande a desinformação sobre a saúde do idoso, as particularidades e os desafios do envelhecimento populacional.

Paz (2006, p. 198) aponta que o Brasil está num processo acelerado de transformações e a questão do envelhecimento passa a ser uma preocupação a partir da "década de 80, quase exclusiva dos especialistas, em particular das ciências da área da demografia e dos campos médico-sociais, levando a reflexões, estudos a respeito do envelhecimento e ações com idosos"

Somente na década de 90, há uma visibilidade as mudanças necessárias para proporcionar melhores condições de vida para os idosos e conseqüentemente, passam a serem estimulados à participação como sujeitos sociais envolvidos no processo do exercício da cidadania, se organizando junto aos "movimentos de aposentados"(HADDAD, 2001), para concretizar um período de maior mobilização para a criação da Política Nacional do Idoso(Lei 8.842/94).

Mesmo reconhecendo os avanços na atualidade, ainda são pertinentes às associações de idosos um esteriótipo de que são seres improdutivos, por estarem excluídos do mundo do trabalho, tidos como "consumidores" mais do que "produtores". Mesmo que o envelhecimento seja desejável sob a perspectiva dos indivíduos, o crescimento da população idosa pode acarretar um peso sobre a população jovem e o custo de sustentá-la vir a constituir uma ameaça ao futuro das nações (CAMARANO, 2002).

Na realidade, o debate sobre envelhecimento continua fortemente atrelado aos gastos com a previdência social, ao ajuste fiscal e à distribuição dos gastos públicos. Tem sido bastante influenciado por um documento do Banco Mundial, lançado em 1994 e avaliado em 2004, mantendo o mesmo enfoque (BANCO MUNDIAL, 2004). No Brasil, a exemplo do que ocorreu em outros países, vivenciam o conflito entre gerações pela partilha dos recursos, e o idoso passa a ser um problema social e foco dos temas centrais do debate político e econômico.

Peixoto (1998, p.70) destaca que:

o que tornou a velhice um problema social foram sobretudo as conseqüências econômicas, que afetaram tanto as estruturas financeiras das empresas - e posteriormente do Estado, com o advento das aposentadorias -, quanto as estruturas familiares, que até então arcavam com os custos de seus velhos, incapacitados para sustentar a si mesmos.

As famílias buscam auxílio junto ao Estado em virtude de fatores como desconhecimento sobre o processo de envelhecimento e/ou mesmo a falta de

condições econômicas de manter os gastos com os cuidados com o idoso, sendo feita a transferência desse encargo para outra instância que afetou sensivelmente as relações entre as gerações nas diferentes classes sociais. Como escreve Joel Stoetzel (1954 *apud* PEIXOTO, 1998, p.70),

a família-protetora é substituída cada vez mais pelo grupo social ou pelo Estado-protetor, não apenas nos fatos, mas também nas atitudes. Onde, na sociedade tradicional, o indivíduo teria se voltado para família, ele se volta legitimamente para o Estado.

Esta reflexão demonstra a realidade social da França pós-liberação, quando o Estado é chamado para desempenhar funções até então a cargo da família como: a educação das crianças, o tratamento dos doentes e o amparo dos velhos.

Peixoto (IDEM, p.70) aponta que a representação social da pessoa envelhecida conheceu, uma série de modificações ao longo do tempo, uma vez que as mudanças sociais exigiam políticas sociais voltadas para a velhice, políticas essas que apontavam para adaptações à nova condição moral e ética do termo velho.

Esta realidade, é cada vez mais presente também no Brasil quando o Estado-protetor está diretamente envolvido nos cuidados principalmente curativos da saúde dos idosos.

Quanto ao aspecto social Mercadante (2002, p.39) destaca que nas sociedades antigas, ser velho conferia uma posição dignificante e todos que atingiam essa fase eram acatados como sábios e, mas também era constituída por uma minoria. Mas esse tipo de atitude nas sociedades contemporâneas é diferenciado, pois há sociedades que tratam a pessoa que envelhece excluindo-o de vários lugares sociais e outras que não e, a experiência e a idade prolongada de quem envelhece são fatores de respeito e de orgulho para as gerações mais jovens.

Camarano (2004, p.253) na perspectiva do envelhecimento humano, cita que um dos mais importantes desafios é,

[...] o de assegurar que o processo de desenvolvimento econômico e social ocorra de forma contínua, com base em princípios capazes de garantir tanto um patamar econômico mínimo para a manutenção da dignidade humana, quanto à equidade entre os grupos etários na partilha dos recursos, direitos e responsabilidades sociais.

Observamos uma preocupação no sentido da garantia das condições

mínimas, necessárias para que o indivíduo envelheça, sem que esse processo ocorra num contexto favorável, com políticas públicas nas áreas: da saúde, da assistência social, da habitação, do lazer, da previdência social entre outras, efetivadas com qualidade e com garantias de cobertura aos idosos.

Para Haddad (2001), após a unificação dos benefícios previdenciários, somente um movimento global de defesa do interesse de todos atingidos pela “crise” da previdência social, seria capaz de negociar com o Estado, não mais a ampliação dos benefícios e serviços, mas a qualidade dos mesmos.

Destaca ainda, que “a miséria no fim da vida traz à tona dois fatos inquestionáveis: a desigualdade na vida e, portanto, na morte e a impossibilidade de as políticas públicas darem conta da questão da velhice em sua complexidade” (IDEM, p.13).

As reflexões desta autora são pertinentes, a medida em que aumenta o número de idosos no Brasil, (pessoas com mais de 60 anos de idade) passou de 14,8 milhões, em 1999, para 21,7 milhões, em 2009 como indica o IBGE (2010), na mesma proporção aumenta o desemprego e a precarização do trabalho. Isso implica que a curto e a médio prazo, um problema para o poder público, para assegurar via políticas públicas a sobrevivência desses trabalhadores que não têm direitos trabalhistas, sobrecarregando benefícios como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos precarizados com 65 anos ou mais.

Haddad (2001, p.18) afirma que com o processo de constituição do sistema de previdência social, velhice e aposentadoria passaram a estar associadas. O direito à aposentadoria – que inclui a velhice o direito de descanso no fim da vida – tornou-se uma extensão do direito universal do trabalho.

Mesmo com a garantia destacada por Haddad, não será possível manter o quantitativo de pessoas que estão envelhecendo no Brasil, com precárias condições de manter as contribuições individuais, tendo em vista sua inserção na precarização do trabalho informal.

Faleiros (2007, p.44) aponta que o impacto do envelhecimento está fazendo com que haja um incentivo ao requerimento numa idade mais avançada, como já está explícito na Constituição Federal de 1988 no caput do art. 201. Cada vez mais, os governos estão levando em conta não o conceito de velhice, mas o de idade avançada, ou seja, a maior idade. Ainda de acordo com o autor, os dados

mostraram que, aproximadamente, 12,4% dos idosos do país vivem na pobreza – com rendimento de até meio salário mínimo. O maior índice se encontra no Nordeste, onde 23,5% faziam parte dessa perspectiva.

Tendo em vista as mudanças que permeiam a relação do Estado com o setor empresarial que se volta para atender demandas nas áreas de previdência social e da saúde, enquanto a sociedade civil organizada, dirige-se à assistência social, considerando a transferência de responsabilidades e a ausência do Estado em tratar das políticas públicas sociais.

A este respeito afirma Montão (2010, p.23),

criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades e, por outro lado, a partir da precarização e focalização (não-universalização) da ação social estatal e do terceiro setor, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial.

Sendo assim, percebe-se que são poucas as garantias na condição de descanso do aposentado, pois na maioria das vezes, há uma necessidade deles realizarem complementação da aposentadoria e do orçamento familiar com tarefas produtivas, sendo este o momento de alguns idosos perceberem que precisam buscar novos papéis sociais e econômicos.

Siqueira (2001) aponta a importância de buscar novos papéis sociais depois da aposentadoria, da saída dos filhos para o casamento, o falecimento do cônjuge são fatores que levam os idosos a substituir os papéis sociais perdidos com o processo de envelhecimento por novos, de modo que o bem-estar na velhice seria o resultado do incremento de atividades relacionadas a esses novos papéis sociais.

Em contrapartida, as relações sociais na atualidade são extremamente heterogêneas, assim como há idosos em situação de precarização na velhice, há também um contingente de idosos buscando atingir um grau de satisfação ou de realização na idade madura.

Siqueira (2001) destaca que a pessoa que envelhece em boas condições é aquela que permanece ativa e consegue resistir ao desengajamento social.

Enquanto uma outra parcela da população experimenta o envelhecimento com poucas oportunidades que coexiste com fortes desigualdades, Quaresma (2006, .52) em seu estudo aponta que entre as mulheres estão sobrerrepresentadas, são maioritariamente mais desfavoráveis, ou seja, destaca que o envelhecimento por gênero tem afetado mais as mulheres em que:

os estudos sobre a incidência da pobreza nas pessoas mais velhas, associada a maior vulnerabilidade e precariedade das situações de saúde (...). Desigualdades associadas também a assimetrias territoriais: ser velho no interior diversificado constitui, fator de maior solidão e isolamento, a par da maior dificuldade de acesso a serviços e a oportunidades de desenvolvimento pessoal.

A feminilização da velhice já é um quadro que demonstra dificuldades no enfrentamento do processo de envelhecimento, e destaca que a idade não é, sem dúvida, o fator determinante dessas desigualdades, mas a falta de serviços especializados para atender as necessidades destas pessoas que envelhecem sem condições.

Portanto, mesmo que existam pessoas que ainda sofrem com preconceitos contra a velhice, o maior índice se reflete no gênero feminino, onde é mais visível a situação em que refletimos sobre “o velhinho de bengala e de pijama”. Mas é importante romper com estes estereótipos que não se adequam à nova realidade dos idosos que buscam uma outra maneira de envelhecer: ativos e consumidores de serviços, e que estão contribuindo para a circulação do mercado e para a mudança de paradigmas na sociedade de modo geral.

#### 1.1.2 Idosos “ativos” e participantes de grupos ou associações

A emergência da velhice como expressão da questão social, trouxe para a cena pública as múltiplas dimensões do envelhecer e as possíveis intervenções, desde as iniciativas voltadas para as formas de bem-estar que deveriam acompanhar o avanço das idades até os empreendimentos voltados a atender as suas demandas por serviços especializados.

Uma reflexão sobre estas mudanças são a participação do idoso “ativo” na sociedade capitalista, a partir dos idosos que estão inseridos em atividades socializantes como a participação em grupos comunitários e nas associações de idosos, como uma alternativa de ações que possibilitem novas experiências. Tendo em vista, que a tendência atual é de ruptura com os estereótipos que se consolidaram como fruto da visão de uma velhice improdutiva e sofrida, como o “velhinho de bengala”.

Este novo paradigma estimula as pessoas a reconhecerem que a velhice é

uma fase propícia para viver coisas, que muitas vezes, não foram possíveis viver na juventude e na vida adulta, momento de busca de prazer, de satisfação pessoal, sem esquecer que não é algo generalizado, uma vez que, há idosos que não compartilham desta ideia, ou nem podem devido sua condição de vida fragilizada (que foge deste estudo).

Nos anos 80, Salgado (1982), Haddad (1986) realizaram estudos sobre o envelhecimento e, ao nível do poder público, desde os anos 70 tem se dedicado a este segmento tendo o pioneirismo o SESC (Serviço Social do Comércio) de São Paulo e depois a LBA (Legião Brasileira de Assistência Social).

Teve como marco da sua visibilidade o Ano Internacional do Idoso comemorado em 1975 e, ao nível institucional, o parâmetro importante foi a I Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento em 1982, que aprovou o Plano de Ação das Nações Unidas sobre o Envelhecimento, incluídos nele os programas de saúde para idosos que propõem cuidados ampliados, visando a promover a integração social e a manutenção da autonomia e também a minimizar o usos de serviços de saúde, tanto no nível ambulatorial como no hospitalar (ONU,1982).

Assim, se há algo que se pode afirmar sobre os espaços sociais relacionados é a possibilidade deste idoso de se adaptar às novas tendências globais, para viver diferentes experiências de vida, com a ampliação na percepção da condição de homem que envelhece, mas que necessariamente não tenha que seguir modelos formados de velhice, mas algo que deve ser incluso na vida destas pessoas ou das novas ações que melhorem a vida e o envelhecimento coletivamente.

Segundo Beauvoir, já nos anos 60, aponta que a pessoa que envelhece a “abertura de mundo” pode resultar na forma mais clássica e básica de relação social ou não, pode se dar através da divisão de tarefas e de responsabilidades entre grupos e indivíduos, a partir do sexo e da idade, assumindo conteúdos particulares no tempo e no espaço. Sugere que as pessoas envelhecidas precisam refletir sobre o tempo e a vivência do seu envelhecimento e, assim, buscar aquilo que melhor se adapta a seu estilo de vida.

Silva (2004, p.107) aponta que aos jovens aposentados, que veem na expressão "não ter nada para fazer" a possibilidade de realizar velhos sonhos e de investir em um novo projeto de vida. E nesta diversidade de pessoas sempre há alguns com esta maneira de pensar, mas a maioria não tem nem a oportunidade de

escolha em virtude de não ter o status de aposentado com aposentadoria condizente para usufruir dessa liberdade de escolha.

Bauman (2001, p.39-40), afirma que a legibilidade e transparência do espaço, em todos os tempos e lugares foram condições indispensáveis da coexistência humana, pois a “modernização” significa entre outras coisas, formar o mundo habitado receptivo por um lado.

E por outro lado, neste contexto se estrutura um novo risco, qual seja, nós passamos da negação para o resgate e, não para a condição de cidadania e direitos, mas para a condição de um consumidor de mercadorias supondo serem estes os seus lugares próprios. Esquecendo que também existe, no envelhecimento, a solidão, pobreza, morte, rupturas e limites corporais.

Entre estes dois lados, tanto o citado por Bauman e a reflexão que fazemos, têm-se que evitar, ou melhor, têm-se que fiscalizar e mudar este olhar, pois se assim não fizermos, pode ou não haver a perda da visibilidade do indivíduo idoso como sujeito de direitos políticos e sociais e, responsável em ocupar seu tempo e seu espaço.

Diante do exposto, cabe apreciar a dimensão de um aspecto de relevância para o debate que é a concepção de cidadania que interessa a todos e específico aos idosos que necessitam ser sensibilizados da importância de se manter ativo e participante, como aponta Coutinho (1994, p.146):

Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado.

Neste sentido é um direito dos idosos em participar da articulação entre o Estado e a sociedade civil e de manter-se em atividades para garantir uma condição de vida e numa dimensão de participação e de democracia.

Nogueira (2005, p.130) aponta que “quem participa procura projetar-se como sujeito que porta valores, interesses, aspirações e direitos: constrói assim uma identidade, formula uma teoria para si e traça um plano de ação”.

Portanto, se há uma estimulação para o idoso se manter ativo e participante de atividades como nos grupos e associações de idosos, há uma possibilidade gradativamente dele poder participar das mobilizações que são produzidas pelas



entidades e pesquisadores que realizam estudos na área do idoso.

Como exemplo Associação Nacional de Gerontologia Social-(ANG), uma das instituições que desenvolvem trabalhos na área velhice, através de fóruns, seminários e encontros que vêm tratando temas sobre a saúde do idoso, às políticas públicas e a imagem do idoso na mídia, fortalecendo as mobilizações para a garantia de direitos sociais estimulando "os adultos jovens" na preparação dos futuros idosos, para uma mudança cultural sobre o processo de envelhecimento e "os aspectos biopsicossociais" (ZIMERMAN, 2000).

Rocha (1998, p.50) afirma que em,

tempos pós-modernos, de revoluções no biopsicossocial, de reencantamento do mundo, de mundialização da cultura e de emergência de identidades locais, os velhos parecem readquirir certo valor cultural e significado social.

A relação intergeracional está na emergência de um novo idoso, em que Rocha enfatiza "não é somente em nível das transformações científico-tecnológicas, biopsicossocial e informática da sociedade que reconhece este novo idoso, e sim nas mudanças social, política e cultural no âmbito privado e público" (IDEM, p.50). E estas mudanças serão os norteadores das atitudes que estes idosos tomarão ao decidirem participar de atividades sociais, físicas e de lazer ou não se resolverem em escolher outra forma de envelhecer isto dependerá de cada escolha.

Bauman (2001) se indigna com as restrições que a realidade existente impunha à implementação de planos ideais e sonhava em substituí-las para uma nova realidade livre dos traços mórbidos de acidentes históricos.

Diante deste cenário, o Estado a partir das demandas sociais do segmento idoso, e por conta do modelo de gestão a partir da Constituição de 1988, abre espaço para os debates e para que a representatividade dos mesmos se concretize junto aos grupos e associações de idosos, nos fóruns permanentes da sociedade e nos conselhos de controle das políticas públicas.

Neste sentido, ampliar o debate sobre a participação dos idosos "ativos" e "participativos" nos espaços de formulação de propostas alternativas, é estimulá-los a uma outra postura diante dos debates políticos que introduzam nova qualidade aos modos de relação entre o Estado e a sociedade civil, no campo das políticas sociais e sobretudo na inversão dos papéis entre o Estado e a sociedade civil no que se

refere aos interesses dos idosos.

## **1.2 Os grupos e associações de idosos dos anos 70 aos anos 2010**

No Brasil refletir sobre o processo de participação, nos remete aos meados do século XX aos século XXI, em que nestes períodos há o reconhecimento da participação enquanto mobilização social como destaca Paz (2006, p.198) "as décadas de 1980/1990 formam um período fértil (embora pulverizadas) voltadas para os idosos, no que se refere na criação de leis e ações principalmente após a Constituição de 1988".

Antes deste marco legal, Raichelis (2007) destaca que o princípio da organização dos movimentos populares no período da ditadura estavam bloqueados, de modo que a participação se dava "de costas para o Estado" como movimento de resistência a este regime".

Também no RITS (Rede Internacional do Terceiro Setor) alguns autores apontam que nos anos 70 o fortalecimento da sociedade civil se fez em oposição ao Estado autoritário (FERNANDES, 2007).

Com o enfraquecimento do regime militar e o avanço da abertura política, conhecida como redemocratização, a partir das eleições diretas para todos os níveis de governo, as organizações sociais passam a ser incorporadas como novos sujeitos sociais que contribuem para lutar por seus direitos, com a promulgação da Constituição de 1988 e a garantia da seguridade social e de outros benefícios que foram ampliados com a Lei da Assistência Social (LOAS).

Paz (2006, p.198) esclarece que até a década de 1980, foi uma preocupação quase exclusiva dos especialistas, em particular das ciências da área da demografia e dos campos médico-sociais, fazendo reflexões, estudos a respeito do envelhecimento e ações com idosos. De modo, que eram eles os porta vozes dos idosos, e que gradativamente outros sujeitos sociais surgem a medida em que surgem outros espaços para "reinventar a velhice" através das leis e políticas sociais, e em particular da Constituição de 1988.

A esse respeito Faleiros (2006, p.206) aponta que há,

uma tendência a se promover uma maior organização do idoso, tanto através dos espaços específicos que se constituem, particularmente, nos

fóruns e nos conselhos, como também nas alianças com outras instituições já históricas.

Este debate se divide em várias concepções que vem estimular a participação e com isso refletir sobre o conceito deste termo, o qual é polissêmico e envolve ângulos até mesmo contraditórios. Faleiros (2006) destaca que em referência ao que foi explicitado anteriormente, no contexto da luta democrática, a participação é a abertura de espaços públicos para a manifestação da voz, do voto, do controle e da divergência da sociedade. Ou seja, o processo de participação não se faz linearmente, mas fundamentalmente através do conflito e das alianças com instituições históricas.

Estas reflexões apontam para a necessidade de estimular a participação democrática por parte da sociedade civil organizada, e especificamente no que se refere ao idoso, que cada vez mais pode fortalecer e fiscalizar, a partir do controle social, dos fóruns e dos conselhos, compartilhando um espaço que até então era apenas uma preocupação dos pesquisadores no que se refere ao envelhecimento, sendo estes movimentos passam a fazer parte de uma nova modalidade de participação que introduz formas coletivas de deliberação e de influência em conjunto com o segmento idoso.

A ideia de compartilhamento de um projeto político participativo e democratizante pode ser entendido a partir da existência de indivíduos em posições-chave no interior do aparato estatal que se comprometem individualmente com os projetos participatórios e que não deixam de ser espaços de luta pela democracia.

Em que ao mesmo há projetos em disputa conforme Dagnino destaca (2009, p. 95-97),

o que existe é uma confluência entre dois processos políticos distintos. De um lado, um processo de alargamento da democracia, que se expressa na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisões relacionados com questões e políticas públicas.[...] De outro lado,[...] há a emergência de um projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil.

As relações entre o Estado e as organizações não governamentais parecem constituir um campo exemplar dessa confluência desigual. Dotadas de competência técnica e inserção social, interlocutores "confiáveis" entre os vários interlocutores da

sociedade civil, elas(as relações) são frequentemente vistas como parceiras ideais pelos setores empenhados na transferência das responsabilidades para o âmbito da sociedade civil. Ou seja, o processo de socialização da sociedade e a luta por um envelhecimento participativo, se dá a partir do momento que o idoso, acrescenta à sua vida novos papéis sociais, como sujeito social e político das recentes manifestações sociais.

Gohn (2010, p.107), afirma que:

quando se fala dos idosos deve-se considerar que, em relação à velhice, estão em curso vários fenômenos: aumento da população idosa; aumento da disponibilidade para o trabalho voluntário entre idosos; devido ao reconhecimento da importância desse trabalho; o crescimento do número de pessoas aposentadas e o surgimento de movimentos sociais dessa categoria.

Ainda segundo a autora, são eles os próprios sujeitos sociais, os quais surgiram nos anos de 1990, com os novos movimentos populares que não tinham tanta presença nos anos de 1980, como a própria questão dos idosos e os aposentados<sup>1</sup> da previdência pública.

No que concerne aos idosos Paz (2006, p.209) aponta que paralelamente, nas décadas de 1970/1980 surgiram importantes organizações técnico-científicas voltadas a gerontologia como a Associação Cearense Pró-Idosos (ACEPI) e a Associação Nacional de Gerontologia (ANG).

Com o crescimento da população idosa e, em sua maioria em situação de pobreza, ainda existe a presença destes porta-vozes que são as organizações técnico-científicas, e as ONGs, que levam a demanda ao Estado como expressão da questão social, tendo em vista que estas entidades vão ser ainda por muito tempo grandes aliadas na organização social dos idosos no Brasil.

Considerando que a força do movimento idoso ainda depende do fortalecimento do segmento organizado para uma maior articulação na defesa dos direitos e conquistas tendo em vista que a atual participação dos idosos ainda é pouco expressiva (PAZ, 2006).

Dentre essas lutas por melhorias nas condições de vida das pessoas que envelhecem, encontram-se números consideráveis de organizações sociais que mantêm relações com o Estado e que se destacam por trabalhos sem fins lucrativos

---

<sup>1</sup>Conhecida como "Movimento dos aposentados" Haddad, 1993.

de interesse público.

No caso do idoso, nas décadas de 1980 e 1990, a prestação de serviços se dá pela iniciativa filantrópica, cujos projetos têm como objetivo a integração, participação e valorização social, legitimadas pelas legislações de proteção social ao idoso e nos anos seguintes a própria precarização do emprego faz com que a sociedade civil redimensione a sua atuação buscando nesta iniciativa filantrópica uma possibilidade de inserir-se no setor público.

É necessário compartilhar da ideia de que “a sociedade não é apenas reprodução e adaptação, ela é também criação, produção de si mesma” como cita Touraine (1973, p.10), tendo, portanto a capacidade de redefinir-se e de transformar-se mediante relações, ações e decisões de seus membros, é nesta direção que os idosos precisam avançar em seus encontros e debates em fóruns e conselhos, como exercício para cidadania, mediante a participação e a busca de melhores coberturas para proteção social do segmento.

Não esquecendo que este interesse não é de todos os idosos, pois ainda há muitos idosos que não participam diretamente do processo de mobilização, seja por limitações variadas que os deixam alijados deste processo, ou mesmo por não ter interesse em participar diretamente.

Fator como a opção de escolher não ser um idoso participativo é um deles, pois não se pode considerar que todas as pessoas a partir de 60 ou 65 anos tenham de praticar esportes, dançar, entre outras atividades tidas como necessárias para se ter boa saúde, ou seja, a vida não pode ser reduzida a essas atividades.

Há idosos que não se percebem enquanto sujeitos sociais da sua própria história, e ainda há idosos que precisam de narradores ou de representantes para esse ato tão importante na construção da participação.

Segundo Gohn (2002), o espaço público é arena de liberdade do cidadão para expressar, organizar e sistematizar suas demandas, reivindicações, projetos e ações coletivas.

Teixeira (2003, p.127-128) destaca que:

Se os canais participativos funcionarem regularmente, e os participantes escolherem se envolver em suas atividades, a constância desse envolvimento vai depender da capacidade de organização dos grupos sociais dos quais esses participantes são oriundos.

Nesse sentido, a sociedade civil através da organização dos grupos sociais como as associações de idosos dos anos 80 aos anos 2010, vem fortalecendo os níveis de debate ao participarem, em parceria com o Estado, com o interesse por exercer o controle social, através da fiscalização e da execução das políticas públicas, ao mesmo tempo em que participam dos serviços oferecidos pelos programas e projetos sociais.

### **1.3 Criação das associações de idosos em Manaus**

A participação da sociedade civil tem alterado o número de demandas de direitos ao longo das últimas décadas, tendo em vista a busca de alternativas para o aperfeiçoamento dos processos democráticos, vários analistas referem-se a uma nova esfera pública, não-governamental, que estaria se configurando na revitalização da sociedade civil junto ao Estado, ou sua privatização como outros apontam acrescentando a esse cenário o mercado.

Nessa direção, surgem em todo o Brasil, manifestações da organização e da participação da comunidade, algo que não é novo, se forem consideradas as propostas de desenvolvimento de comunidade e das ações sociais e comunitárias já existentes no país.

Rachelis (2007, p.72) aponta que,

desde a década de 80, o Brasil foi palco de um processo de revitalização da sociedade civil, que, na luta pela democratização, colocou em xeque não apenas o Estado ditatorial, mas a rede de instituições autoritárias que atravessava a sociedade e caracterizava as relações entre os grupos e as classes sociais. Aquela década foi a arena de amplo movimento de conquistas democráticas que ganharam a cena pública: os movimentos sociais organizaram-se em diferentes setores, os sindicatos fortaleceram-se, as demandas populares ganharam visibilidade, as aspirações por uma sociedade justa e igualitária expressaram-se na luta por direitos, que acabaram consubstanciando na Constituição de 1988, com reconhecimento de novos sujeitos como interlocutores políticos.

Ao longo dos anos, o estímulo às mobilizações sociais vão se fortalecendo em torno de projetos sociais ou de iniciativas da comunidade junto aos trabalhos com jovens e crianças e aos poucos a partir de fatores como: as propostas de colaboração Estado/sociedade civil e do fenômeno do envelhecimento, que afeta as camadas sociais, os movimentos sociais surgem a partir dos centros comunitários,

clubes de mães e grupos e associações de idosos que são reforçados para juntos lutarem para efetivação destes interlocutores políticos na prática.

De acordo com Raichelis (2007, p.79),

implícitas nestas propostas encontram-se as noções de solidariedade e a ideia de que, por meio das *relações comunitárias*, os conflitos sociais podem ser superados pelo esforço organizado dos membros da comunidade no encaminhamento de soluções que potencializem as ações coletivas.

E assim esses trabalhos voluntários, são voltados para a prestação de serviços comunitários, e somente a partir da década de 1990, com as relações de grupos e com o estímulo à participação social é que lentamente são introduzidos na realidade dos sujeitos sociais, no caso específico dos idosos.

Faleiros (2006, p.207) aponta que,

a partir da realização de uma importante Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, realizada em Viena em 1982, foi possível conhecer a realidade social dos idosos de muitos países, destacando os problemas enfrentados pelos idosos e suas famílias.

Esta Assembleia Mundial foi um marco histórico, que refletiu no Brasil e em específico em Manaus, subsidiaram os debates coordenados pela Fundação Dr. Thomas e Secretarias Estadual e Municipal de Assistência Social, bem como, a LBA que chama a sociedade civil organizada, inclusive a Universidade Federal do Amazonas (Departamento de Serviço Social) para contribuir com a criação do Fórum Estadual do Idoso em 1994, por conta da Política Nacional do Idoso promulgada no mesmo ano.

E por conta do novo formato da gestão pública, os grupos de idosos dependentes do Estado via seus Centros Sociais, são convidados a se emancipar para formarem associações autônomas para poder participar dos conselhos de direito dos idosos, como o Conselho Municipal do Idoso criado em 2005, por conta da criação do Estatuto do Idoso em 2003.

E ao nível municipal a Fundação Dr. Thomas ficou responsável pela coordenação da Política Municipal do Idoso.

Algumas associações de idosos como de Petrópolis, Coroadó e Juventude Avançada já com este novo formato de organização comunitária ou associação com a atenção voltada aos idosos, fazem parte desse grupo dos primeiros debates sobre

os problemas enfrentados pelos idosos e suas famílias.

Enquanto outras associações e grupos de idosos, ainda de forma isolada, fazem debates na comunidade como: os clubes de mães e grupos de idosos, que estimulados pelo Estado através dos centros sociais do governo estadual, organizam grupos de mulheres que, no primeiro momento buscam relacionar suas problemáticas com a coletividade e depois se organizam para buscar avançar nas cobranças de melhorias de serviços para seus grupos.

De acordo com informações da Coordenação do Fórum Permanente do Idoso (2012) a sociedade civil amazonense começa a se organizar em encontros semanais a partir da década de 1990, nos grupos e associações de idosos e em seguida no próprio Fórum Permanente do Idoso, para debater sobre o que preconiza a legislação brasileira a respeito dos direitos e deveres dos idosos.

Faleiros (2006, p.207) destaca que:

A reunião de Viena dá início às campanhas informativas no mundo inteiro; a partir daí definem-se datas comemorativas, culminando com a proclamação de 1999 como o Ano Internacional do Idoso. Incentivando também ações e serviços de todo tipo na busca de soluções especialmente preventivas com a perspectiva de fomentar, no campo social, lutar pelo envelhecimento com direitos e dignidade.

Em Manaus, as associações de idosos que se organizam para realização de debates em busca de informações, as quais são repassadas através dos mecanismos do Estado e do Município como: o Fórum Permanente do Idoso já citado, a Fundação Dr. Thomas e os Conselhos Estadual e Municipal do Idoso.

As associações de idosos em Manaus crescem a cada ano, à medida que há um aumento do número de idosos e assim ampliam-se os programas e projetos sociais que são implementados de acordo com o que preconiza a legislação de atenção aos idosos, a exemplo desta atuação, é que será apresentado o quadro de Associações cadastradas no Fórum Permanente do Idoso (2012).

Os idosos que participam destes grupos e associações, participam ainda de projetos e programas sociais, como os Centros de Referência do Município, Centros de Convivência Estadual do Idoso no bairro de Aparecida, nos Centros de Atendimento Integrado do Idoso nas zonas distritais: CAIMI Dr. André Araújo-Cidade Nova, CAIMI Ada Rodrigues-Compensa e CAIMI Dr. Paulo Lima-Colônia Oliveira Machado.



No que concerne à saúde dos idosos, em Manaus, possuem três Centros de Atendimento Integrado a Melhor Idade-CAIMI's, que são unidades de saúde de média complexidade, ou seja, são realizados atendimentos com especialistas a partir das demandas de promoção e de prevenção à saúde e que representam um avanço no atendimento à saúde dos idosos em Manaus.

Os CAIMI's, estão cadastrados no Fórum Permanente do Idoso, como parceiros na questão da melhoria da condição de saúde dos idosos que participam das atividades de esporte e de lazer nos espaços governamentais e não governamentais e ainda dos que não participam de nenhuma atividade desta natureza em Manaus.

No âmbito municipal, ou seja, os grupos e associações governamentais são atendidos com suporte técnico e acompanhamento no estímulo de atividades sócio-educativas e culturais as quais terão destaque abaixo:

QUADRO 1 - GRUPOS E ASSOCIAÇÕES DE IDOSOS EM MANAUS

Associação CAICO	Betânia
Associação Participar é Viver	SEMASC
Grupo da 3º Idade Renovação	Casa do Cidadão Compensa II
Grupo da 3º Idade Vida Nova	CRAS(Centro de Referência de Assistência Social) da Cidade Nova I
Grupo de Idosos do Japiim I	Casa do Cidadão do Japiim I
Grupo de Idoso Alegria de Viver	Clube de Mães da Japiimlândia
Grupo de Idosos Nossa Senhora de Nazaré	Clube de Mães Nossa Senhora de Nazaré-Cidade Nova
Órgão Responsável pelos Grupos de Idosos Governamentais	SEMDEJ-Secretaria Municipal de Desenvolvimento de Esporte e Juventude
Grupo de Idosos da ADHEAM	Associação dos Diabéticos e Hipertensos do Estado do Amazonas - ADHEAM funciona no Japiim I

Grupo da 3º idade Anos Dourados da PMAM- (Polícia Militar do Amazonas)	Japiim II
Grupo de Idosos Amigos da Cachoeirinha	(Centro de Referência de Assistência Social- CRAS da Cachoeirinha)
Associação de Idosos União do Manôa	Centro de Convivência do Idoso Armando Mendes
Centro de Convivência do Idoso	Novo Ayrão
Grupo de idosos de Manacapuru	Centro de Convivência do Idoso de Manacapuru
Grupo da 3ª Idade Maria Joaquina	Cacau Pirêra funciona na Quadra Poliesportiva
Grupo de Idosos Felicidade não Tem Idade	Irاندوبا
Grupo da 3ª Idade de Presidente Figueiredo	Ginásio ou nas salas da UEA do Município
Grupo de Idosos de Rio Preto da Eva	Espaço cedido pelo CRAS do Rio Preto (Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva)

Fonte:Relação de Grupos e Associações de Idosos do Fórum Permanente do Idoso-2012.

Estes grupos de terceira idade foram criados pelo Estado a partir da iniciativa dos órgãos governamentais que integram o setor público, com os projetos sociais e de esporte e de lazer, bem como os Centros de Convivência Municipal como: Parque Municipal do Idoso e os Centros de Convivência Estadual da Aparecida e da Família, além dos CAIMI's que são os Centros de Atendimentos Integrado da Melhor Idade localizados nas zonas sul, oeste e norte da cidade.

Os quais oferecem atividades para os idosos com acompanhamento de equipes multiprofissionais que disponibilizam um trabalho adaptado de acordo com a gerontologia social estimulando a importância do estilo de vida ativa para a prevenção de problemas de saúde mental e convívio social dos idosos em que através das atividades realizadas possam contribuir com um prolongamento da vida estimulando a participação social voluntária.

Assim como os órgãos governamentais vêm atendendo as demandas por espaços ocupacionais, também são crescentes as fundações e associações não

governamentais, como apontam os dados estatísticos sobre esta prática.

Segundo o IBGE (2005), as Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos têm sua distribuição em todo o território Nacional acompanhando a distribuição da população. No caso do Amazonas possuem uma média de 0,9% de Fundações e Associações sem Fins Lucrativos atendendo uma população de 1,8%.

Outro dado, é que a idade média das Fundações e Associações em 2005, eram de 12 anos, sendo que a maior parte delas (41,5%) foram criadas na década de 1990. Entre os diversos fatores que contribuíram, naquele momento, para o crescimento acelerado dessas entidades se destacam o fortalecimento da democracia e da participação da sociedade civil na vida nacional.

E ainda percebe-se que do total de entidades criadas a partir dos anos de 1990, 41,5% são voltadas para a promoção do desenvolvimento, defesa e interesse dos cidadãos incluídos nesta categoria os grupos e as associações patronais e profissionais (IBGE, 2005).

Em Manaus, de acordo com o Fórum Permanente do Idoso (2012), os grupos e associações de idosos estão organizados por zonas distritais e realizam atividades que estimulam os aspectos biopsicossocial do envelhecimento, através dos serviços especializados que são oferecidos pelos programas e projetos sociais, ou seja, os Centros de Convivência e outras atividades existentes para atender a demanda dos idosos, vale ressaltar que tanto os grupos e associações criados pelo poder público, quanto os grupos e as associações criados pela sociedade civil organizada, recebem os atendimentos de equipes multidisciplinares oferecidos pelos órgãos citados anteriormente.

Quanto aos grupos e associações de idosos, não governamentais, ou seja, que são criados a partir da iniciativa da sociedade civil organizada são os destacados abaixo divididos por zonas distritais:

QUADRO 2 - GRUPOS E ASSOCIAÇÕES DE IDOSOS ZONA SUL:

Grupo da 3ª Idade Idoso Mais Feliz	Av. Brasil, s/nº, Lagoa Verde	Igreja Cristo Rei
Associação União dos Idosos detrópolis	Rua Aderson de Menezes, 104, Petrópolis	Espaço alugado
Associação de Idosos Saudade Não Tem Idade	Av. Epaminondas, 570, Centro	Rio Negro Clube
Grupo da 3ª Idade Viva a Vida	Rua: São Vicente, 86 (em frente a Igreja São Lázaro)	Sede própria
Grupo da 3ª Idade Qualidade de Vida	Rua Projetada, s/nº, Japim I	Sede própria
Grupo da 3ª Idade Bom Pastor	Rua Magalhães Barata, s/nº, Crespo	Área da Igreja Bom Pastor
Associação das Donas de Casa do Morro da Liberdade - 100% jovem	Rua São Benedito s/nº ao lado do Posto de Saúde (UBS do Morro da Liberdade).	Espaço Cedido
Grupo Vida Praça 14	Bairro da Praça 14	Igreja Católica Nossa Srª de Fátima

Fonte: Relação de Grupos e Associações de Idosos do Fórum Permanente do Idoso-2012.

### QUADRO 3 - GRUPOS E ASSOCIAÇÕES DE IDOSOS ZONA NORTE

Associação da 3ª Idade Grupo Juventude Avançada	Rua Carambú, 699, Núcleo 4, Cidade Nova II	Igreja São João Batista
Grupo de Idosos Atitude	Rua: 219, nº 73 Núcleo 16, Cidade Nova II	Igreja Rainha da Paz
Grupo Jasmin	Rua 7 de setembro, 38, Terra Nova I	Igreja Nossa Senhora do Rosário
Grupo da Terceira Idade Trabalhando com Alegria	Av. Preciosa, S/N Monte das Oliveiras	Salão Paroquial
Grupo de Idosos Sempre Jovem	Grupo de Idosos N. Sra. De Fátima	Rua Efésio s/n N.Senhora de Fátima, Cidade Nova I
Grupo da 3ª Idade Somos Todos Jovens	Rua Bijogo s/n Novo Aleixo	Igreja Católica Bom Jesus
Grupo da Terceira Idade Viver a Vida	Rua Estrela de Davi, nº 17 Novo Israel	Fundação São Jorge

Fonte:Relação de Grupos e Associações de Idosos do Fórum Permanente do Idoso-2012.

QUADRO 4 - GRUPOS E ASSOCIAÇÕES DE IDOSOS ZONA LESTE

Associação dos Idosos do Coroado - ASSIC	Rua Dom Bosco, 230 Coroado II - CEP 69080-370	Sede cedida pela SUHAB
Somos Todos Jovens	Rua Bijogo, nº 02 - Novo Aleixo	Igreja Católica Bom Jesus
Grupo da 3ª Melhor Idade Vitoria Alegre,	Rua Maringa 237, Grande Vitoria, em frente o Centro Pastoral, Dom Adalberto Massis	Fundação Fé e Alegria
Associação de Idosos Renascer	Rua das Orquideas, nº 23 Bairro Jorge Teixeira 1º Etapa Atrás da feira coberta	Associação Comunitária
Grupo de Idosos Luz do Sol	Rua Marginal, s/nº, São José I	Quadra da Escola Estadual Ernesto Penafort
Grupo Unidos em Cristo	Av. Mirra, nº 681, João Paulo II	Igreja Santa Clara
Grupo da terceira idade Jovens Coração do Zumbi	Rua Ademar, nº 61, Zumbi I	Salão Paroquial
Grupo Viver a Vida	Rua Estrela de Davi, nº 17, Novo Israel	Espaço Cedido

Fonte:Relação de Grupos e Associações de Idosos do Fórum Permanente do Idoso-2012.

QUADRO 5 - GRUPOS E ASSOCIAÇÕES DE IDOSOS ZONA OESTE

Grupo da 3ª Idade Unidos do Lírio	Av. Central, 2002, Lírio do Vale II	Quadra da Comunidade
Grupo da 3ª Idade Amizade e União	Rua Santa Rita, 833 Compensa II - prox. A Igreja de São Vicente de Paula	Centro Paroquial
Grupo da Terceira Idade São Vicente de Paula	Rua Jerônimo Ribeiro, nº14, São Raimundo	Asilo (Instituição de Longa Permanência) São Vicente de Paula
Grupo da Terceira Idade Estrela da Compensa	Rua da Indústria, nº77, Compensa	Quadra da Comunidade
Grupo da Terceira Idade de Bem com a Vida	Rua Amazonas, 344, Compensa I	Espaço Cedido
Grupo da Terceira Idade Alegria da Compensa	Rua Prosperidade, s/nº, Compensa II	Espaço da Igreja
Grupo da Terceira Idade Amizade e União	Rua Santa Rita, 833, Compensa III	Quadra Coberta da Comunidade
Grupo da Terceira Idade Mais vida e mais amor	Av. Pedro Teixeira, s/nº, Dom Pedro	Espaço Cedido
De Bem com a Vida	Rua: Amazonas, s/nº, Compensa I	Quadra da Igreja
Movimento da Maioridade	Rua: Emília Ruas, nº311 São Jorge	Igreja Católica

Fonte: Relação de Grupos de Idosos do Fórum Permanente do Idoso-2012.

Destes grupos e associações de idosos demonstrados foram trabalhados a Associação de Idoso de Petrópolis, Associação de Idoso Juventude Avançada, Associação de Idoso Coroado considerando que esses grupos são pioneiros com o trabalho realizado enquanto sociedade civil organizada.

De acordo com a OMS (2008, p.36) a participação e suporte social são muito ligados à saúde e ao bem estar ao longo da vida. A participação em atividades de lazer, social e espiritual na comunidade, bem como, junto à família que permite aos idosos exercerem sua autonomia, gozar de respeito e estima, além de manter ou

formar relacionamentos de apoio e de carinho.

Nesse sentido é respaldado nesses fatores que os grupos e as associações possam buscar incentivos junto a comunidade através da participação em atividades que promovam o bem estar dos idosos através da convivência em grupo.

Sendo assim, os relatos à seguir estão relacionados com as questões elaboradas para nortear a pesquisa de campo com o objetivo de resgatar o histórico e a fundação dos grupos e associações para historicizar o contexto dos movimentos organizados da sociedade civil sem fins lucrativos no segmento idoso.

Os representantes das associações foram questionados quanto a forma de organização dos grupos e associações para serem reconhecidos junto aos idosos e a sociedade de modo geral.

De acordo com o depoimento da idosa representante da Associação de Idosos de Petrópolis (IRAP, 70anos),

a Associação de Idosos de Petrópolis tem sua fundação em 14 de janeiro de 1994, a qual possui Regimento Interno e CNPJ e inicia suas atividades ainda como Clube de Mães de Petrópolis e, vai buscar junto a Universidade Federal do Amazonas apoio e orientação para realizar as atividades com as idosas, neste período na Faculdade de Educação Física da UFAM, o Clube de Mães torna-se Grupo de idosos de Petrópolis e é inserido em um Projeto de co-irmãs que juntamente a mais cinco grupos de idosos, passam a ser orientados e atendidos por estagiários de educação física e os idosos participantes colaboram com uma caixinha com o valor de R\$ 5,00 para contribuir com o estudante nas despesas com transporte.

Após esta iniciativa, de buscar parceria com a Universidade é que ainda há grupos como o Grupo de Idoso de Petrópolis, que passa a oferecer aos participantes atividades físicas regulares, jogos interativos como: dominó, vôlei e caminhada na praça comunitária, com orientação dos acadêmicos de Educação Física da UFAM; desta maneira a Associação de Petrópolis ganha visibilidade e reconhecimento junto aos idosos e a sociedade.

Neste sentido, Faleiros (2006, p.208), afirma que "mesmo com as campanhas e as caminhadas nos anos de 1997 e 1999, os eventos para idosos não são, em sua maioria, de caráter popular". E ainda segundo o autor as caminhadas tiveram repercussão nacional, porém isso redundou em poucos resultados de ações concretas asseguradas na Política Nacional do Idoso de 1994. Considerando que "a visibilidade da velhice no Brasil tem sido veiculada nos últimos dez anos, pela mídia



que se mostra bem mais ativa e intensa na divulgação e no tratamento de temas relativos ao envelhecimento e às questões dos idosos" (IDEM, p.209).

Ou seja, tem sido através das ações ainda comunitárias na década de 1990, com o objetivo de atender as necessidades dos idosos, principalmente na área social, esporte e lazer, que a sociedade civil busca se organizar e ter o suporte técnico, o que primeiramente aconteceu, com a parceria entre os espaços da Universidade Federal e os grupos de idosos que ainda no final da década de 1990, era a instituição que disponibilizava um espaço para que seus pesquisadores debatessem sobre a questão da velhice e as consequências deste envelhecimento a médio e longo prazo, tendo assim o pioneirismo nos estudos desta temática.

Nesta direção, os movimentos sociais começam a se organizar, como enfatiza Gohn (2010, p.107),

com a constituição de um mercado de consumo entre os idosos nas áreas de turismo, recreação e educação não formal, ou seja, parte destas mobilizações é produzida ou impulsionada pela própria sociedade civil e as novas conjunturas sociais e culturais.(...) Mas grande parte é produzida ou impulsionada pelos novos órgãos e instrumentos normativos promulgados pós-Constituição de 1988, a exemplo do Estatuto do Idoso.

A participação e a organização dos idosos é estimulada a partir das denúncias das mazelas da velhice brasileira, inicialmente, numa espécie de reflexo de um movimento mais intenso e unificado que se realiza na década de 80 e 90, com os trabalhadores aposentados e somente no final dos anos 90, é que em diferentes áreas e com pessoas de todas as idades, dependendo da iniciativa pessoal, é que passam a organizar e prestar serviços privados de interesse público ao segmento idoso, com destaque ao depoimento do fundador da Associação do Idoso de Petrópolis (FAP, 54 anos) que afirma,

muito se avançou, após o apoio da Universidade Federal do Amazonas que na época era 'UA'(Universidade do Amazonas), pois articulamos os debates junto aos idosos para a construção da Política Nacional do Idoso e muitos avanços para os idosos como a complementação da gratuidade da passagem de ônibus que foi uma luta do Fórum, pois ainda não tinha o Estatuto do Idoso, esta caminhada é histórica e é muito bom você registrar esta história.

A luta por melhores condições de atendimento das demandas dos idosos se dá com ações desta natureza, através da participação e reivindicação dos grupos e

associações de idosos que procedem a partir do acompanhamento técnico da Universidade, com as orientações dos profissionais que estimulam a organização do segmento idoso.

Neste sentido, no primeiro momento a organização se dá pelos debates no Fórum Permanente do Idoso, paralelo às atividades de esporte e de lazer realizados com a orientação técnica da Associação AMEGAM, criada pelo Curso de Educação Física da UFAM e Coordenada pela idealizadora do Projeto, a Professora Doutora Rita Puga, que é a precursora dos jogos olímpicos da terceira idade e das atividades que envolvem as danças e as várias modalidades criando na atualidade festivais de dança e mobilizando os grupos e as associações de idosos dentre outras ações (IDEM).

Outro momento a ser destacado entre as associações de idosos, refere-se a Associação de Idoso do Coroadó, que inicia as atividades como grupo de idosos em parceria com seus fundadores, como líderes comunitários, visitando os domicílios, para entregar um auxílio de cesta básica oferecido pela Associação Comunitária. Essa ação decorre da constatação feita no final da década de 80, nos bairros de Manaus, onde se deparou com o envelhecimento populacional com um número grande de idosos que residem em condições precárias e sozinhos nas residências, sem atividades. É desta forma que os fundadores da Associação do Coroadó iniciam uma parceria promissora com a Universidade Federal do Amazonas através do Projeto da Co-irmãs em que a Associação passa a fazer parte como outros grupos.

Essa é mais uma Associação de idosos apoiada pelo projeto técnico, através da Professora Doutora Rita Puga e, por estar localizada mais próxima à UFAM, tem a permanência das orientações e o apoio da Instituição de Ensino, facilitando assim o desenvolvimento de ações mais especializadas. Deve-se ressaltar que o espaço físico da Associação citada é de responsabilidade da SUHAB e funciona desde 1996/97, ou seja, foi cedido para Associação em virtude da área ser ociosa.

Conforme relato da Coordenadora da Associação os avanços nos debates sobre o trabalho realizado com o segmento idoso se dá (a partir da realização de uma importante Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, realizada em Viena em 1982, foi possível conhecer a realidade social dos idosos de muitos países, destacando os problemas enfrentados pelos idosos e suas famílias (MRCo,50 anos).

A Coordenadora da Associação dos Idosos do Coroadó destaca que:

A juventude no bairro do Coroados são organizados, mas os idosos não tinham atividades nesta época, sempre foram deixados de lado, então criam-se campeonatos para arrecadar alimentos e depois destas ações percebem que os idosos precisam de um trabalho mais direcionado, é quando fomos procurar a professora Rita Puga na Universidade do Amazonas, no curso de educação física e lá encontramos apoio com os estagiários, então começamos um trabalho de esporte e de lazer e depois vem as questões sociais e políticas.

Esta Associação, assim como a primeira, destaca dois aspectos relevantes que são o incômodo à vida acomodada que os idosos levam em seu domicílio no período do processo de envelhecimento e o apoio da mesma Universidade, que por ter estudos sobre a área do idoso, passa a realizar o trabalho voluntário e comunitário atrelados as articulações sociais e políticas para a garantia dos direitos sociais do segmento idoso.

Faleiros (2006, p.214), destaca que esses espaços, mesmo considerando a diversidade de objetivos de instituições, entidades e grupos voltados para o segmento idoso, entende-se que são espaços que possibilitam atuar no campo sócio-político.

Mesmo os coordenadores (líderes), enfrentando dificuldades em debater sobre a importância do próprio idoso se reconhecer como sujeito de direito, e da sua importância em participar dos campos sócio-político – na Associação de Idosos Juventude Avançada, localizada na Cidade Nova, zona Norte de Manaus – os idosos vêm demonstrando ações inovadoras como relata o fundador da Associação (IRAJA, 63 anos),

na Associação Juventude Avançada, a iniciativa surge de uma idosa que manifesta o desejo de criar uma Pastoral para atender aos idosos, a ideia foi para votação no salão da Igreja, pelo conselho comunitário e, desde então foram em busca de orientações nos órgãos públicos. E através do Fórum Permanente do Idoso em 2000, encontraram o apoio necessário para criação do grupo de idosos e da Pastoral do Idoso ao mesmo tempo.

Neste período da criação do grupo de idosos, o trabalho desenvolvido sempre teve um caráter voluntário e comunitário e estava vinculado à Igreja de São João Batista, mesmo assim, ainda não tinham conhecimento sobre como trabalhar com idosos.

Outro destaque sobre a Associação de Idosos Juventude Avançada, refere-se

às dificuldades que enfrentaram ao buscar parcerias para desenvolver as ações junto ao segmento idoso (IRAJA, 65 anos),

quando estávamos à procura de orientação, encontramos pessoas que falavam, não precisa aprender a trabalhar com idosos, basta colocar o idoso pra passear e dançar.

Esse relato demonstra que ainda no final da década de 1990 e início dos anos 2000, ainda havia um desconhecimento sobre a questão do envelhecimento e comprova que é somente reivindicando espaços adaptados e o investindo em capacitação dos profissionais de todas áreas do serviço público que se terá a possibilidade de avançar na qualidade do atendimento ao segmento idoso.

Enquanto sobre a forma de organização da sociedade civil Gohn (2010, p.41-42) demonstra que o importante a destacar,

é esse campo de força sociopolítico e o reconhecimento de que suas ações impulsionam mudanças sociais diversas(...) Mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas e projetos sociais, a maioria dos quais já vinham totalmente pronto e atendiam às pequenas parcelas da população. Em vários casos, o militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais.

Neste sentido, desde a criação dos grupos e associações de idosos que são marcados como a autora afirma sob o repertório de lutas construído por eles demarcam interesses, identidades, subjetividades e projetos sociais de grupos sociais, nesta direção passam a realizar articulações institucionais para exercerem a participação social junto aos órgãos que estavam a frente dos debates políticos e sociais como: o Fórum Permanente do Idoso, e contam ainda com o apoio técnico da Fundação Dr. Thomas.

De acordo com o depoimento do fundador da Associação Juventude Avançada (2012) com as parcerias com o Fórum e a Fundação Dr. Thomas melhora o acompanhamento dos grupos de idosos,

iniciam-se as articulações para regularizar em específico a Associação Juventude Avançada, com a elaboração do Regimento Interno e a documentação de funcionamento, e ainda esta Associação é chamada para estudar sobre a Política Nacional do Idoso e outros assuntos de interesse do segmento idoso, bem como, outros grupos de idosos, e assim dar início a projetos como "alfabetização de adultos" e a inserção no atendimento especializado de saúde do idoso, a partir do atendimento básico de saúde.

E em outros casos, as associações buscam suporte de profissionais voluntários que prestam serviços junto ao Fórum Permanente do Idoso conforme informações da Coordenação do Fórum, para viabilizar documentações para regularização da situação dos grupos de idosos para a associação.

A Associação de Idosos Juventude Avançada, bem como as outras associações que participam da pesquisa, são chamadas a participar dos estudos que eram realizados na Fundação Dr. Thomas sobre a Política Nacional do Idoso e outros assuntos de interesse do segmento idoso, considerando que a Fundação Dr. Thomas é Coordenadora da Política Municipal do Idoso, e com isso muitos são os avanços que passam a ocorrer, projetos sociais como "alfabetização de adultos", ou seja, o Programa de Educação de Jovens e Adultos(EJA) e a inserção do atendimento especializado de saúde do idoso, a partir do atendimento básico de saúde de acordo com o depoimento dos fundadores das Associações.

Neste período ainda não haviam os Centros de Saúde especializados apenas em atender aos idosos e a Política Nacional do Idoso ainda precisava ser conhecida para que tanto a sociedade civil quanto o poder público pudessem cobrar a implementação de novos serviços para atender ao segmento idoso.

Nas associações, a participação democrática dos envolvidos acontecem gradativamente, pois é estimulada para que avancem na participação social e política dos idosos como destaca Faleiros(2006, p.213):

A velhice ocupa nos últimos anos, cada vez mais espaços. Surgem com mais intensidade, nos cenários locais, instituições e entidades dirigidas aos idosos (fóruns, conselhos, universidades abertas, grupos sociais e de convivência). Cada vez mais os discursos e práticas denotam a participação dos idosos, para além de espaços de sociabilidade ou ocupação. Buscam também a atuação no universo sóciopolítico, com real possibilidade de apresentar e debater ideias e propostas, definir, deliberar e agir.

À medida em que esporadicamente os idosos passam a ocupar os espaços formais do Estado e a serem chamados a participar dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil organizada, é que gradativamente há uma busca de uma melhor atuação sociopolítica compartilhando do pensamento de Faleiros(2006) "a luta para garantir a democracia, se dá em todos os encontros realizados".

1.3.1 As associações de idosos da sociedade civil que participam do Conselho

## Municipal em Manaus

Ao longo dos tempos muito se avançou na questão dos idosos em Manaus como: a ampliação das redes sociais de atendimento aos idosos e a organização da sociedade civil articulando-se para garantir os direitos sociais aos idosos, através da participação democrática com a luta organizada a partir da mobilização social e dos canais de participação.

Sendo assim, em Manaus alguns grupos e associações participam do Conselho Municipal do Idoso, de acordo com o Art. 1º- O Conselho Municipal do Idoso, órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e controlador da política de defesa dos direitos do idoso, além das finalidades estabelecidas na Lei nº 628 de 08 de novembro de 2001, deverá ainda:

- I - Definir as diretrizes, deliberações, acompanhamentos e controle da Política Municipal do Idoso;
- II - Proteger e defender os direitos dos idosos, observando a legislação em vigor, corroborando para a sua plena inserção na vida socioeconômica e político-cultural do Município de Manaus, objetivando, ainda a eliminação de preconceitos;
- III - Indicar as prioridades de atuação e de definição da aplicação dos recursos públicos municipais destinados às políticas sociais básicas de atenção ao Idoso;
- IV - aprovar a proposta orçamentária do Município a ser encaminhada pelo órgão coordenador da Política Municipal do Idoso;
- V - Propor aos poderes constituídos, modificações nas estruturas dos órgãos governamentais diretamente ligados a promoção, proteção e defesa dos direitos do idoso;
- VI - Oferecer subsídios para a elaboração de leis atinentes aos interesses dos idosos;
- VII – Estabelecer constante interface com os Conselhos de Direitos e de Políticas Setoriais.

De acordo com Pereira (2011, p.41) a composição do Conselho Municipal do Idoso constitui de oito representantes das Organizações Governamentais e oito da Sociedade Civil. Conforme tabela abaixo:

<b>Composição do Conselho Municipal do Idoso de Manaus</b>		
Diretoria Executiva	Organizações Governamentais	Organizações Não Governamentais
Presidente	Fundação Dr Thomas	Associação dos Idosos do Manoa.

Vice Presidente	SEMTRAD	Associação União dos Idosos de Petrópolis
Secretária Conselheira	SEMSA	Associação dos Idosos Santo Antonio do Girassol
Secretária Executiva	IMMT	Associação Brasileira dos Clubes da Melhor Idade do Amazonas-Sonhos Dourados
	IMPLURB	Associação da 3ª Idade Juventude Avançada
	SEMDEJ	Clube de Mães Japiinlândia-Alegria de Viver
	SEMASDH	Grupo de Idosos Futuristas do Amazonas
	SEMED	Grupo São Vicente de Paula

Tabela 1. Fonte: Regimento Interno do CMI.

A análise coletada em depoimento da representante governamental que atua na Secretaria Executiva do Conselho enfatiza sobre a atuação das associações que participam do órgão de fiscalização e demonstra: há fragilidades que vão desde as condições de participação, às relações das associações com o Conselho Municipal.

De acordo, com a representante governamental, durante a pesquisa de campo, apontou-se que há uma fragilidade no aspecto de habilitação, ou seja, a ausência de alguns documentos necessários para concorrer aos assentos no Conselho ou mesmo para concorrer aos recursos financeiros que poderiam ser pleiteados no que se refere à responsabilidade social empresarial, como exemplo as estatais, ainda é uma deficiência percebida desde a década de 1990 até os dias atuais.

Para Dagnino (2002, p.284) a característica central da maior parte dos espaços estudados refere-se,

ao envolvimento com políticas públicas, seja na sua formulação, discussão, deliberação ou execução o que exige quase sempre o domínio de um saber técnico especializado do qual os representantes da sociedade civil, especialmente os dos setores subalternos, em geral, não os dispõem. Além

desse, um outro tipo de qualificação se impõe, o que diz respeito a falta de conhecimento sobre o funcionamento do Estado, da máquina administrativa e dos processos envolvidos.

As associações apresentam uma dificuldade referente à falta de documentações necessárias para concorrer a recursos financeiros, um dos fatores que dificultam a se constituir como Organização Não Governamental, pois de acordo com o depoimento de uma representante do Conselho (RG, 43 anos) há,

uma timidez, uma falta de conhecimento ou de condições em se organizar enquanto terceiro setor, e uma escassez de profissionais para dar suporte técnico aos grupos de idosos a se constituírem enquanto associação com o cumprimento da legalidade.

Dagnino (2002, p.284) aponta um dilema no interior da sociedade civil,

que discute a opção entre a luta institucional versus a mobilização social e destaca uma segunda implicação, a rotatividade da representação nesses espaços fica prejudicada dadas as dificuldades da aquisição dessa competência, os seus eventuais portadores tendem a ser perpetuados enquanto representantes. Em terceiro lugar, a ausência dessa qualificação não é apenas uma deficiência absoluta: é também uma deficiência relativa com respeito aos interlocutores governamentais e representantes de outros setores mais privilegiados da sociedade civil como, por exemplo, os proprietários de hospitais nos conselhos de saúde.

Mesmo havendo uma fragilidade por parte da sociedade civil organizada no que se refere a se constituir legalmente ainda há uma facilitação de interesses, por parte de setores dos espaços públicos, como destaca a definição de participação segundo Nogueira (2005, p.121) que,

a tendência atual não mais pensa a participação como reverso da representação ou como veículo privilegiado da pressão popular, mas sim como expressão de práticas sociais democráticas interessadas em superar os gargalos da burocracia pública e em alcançar soluções positivas para os diferentes problemas comunitários.

Sendo assim, por um lado é no interior das instituições públicas que a sociedade civil busca encontrar o apoio técnico que falta para atender aos idosos e por outro, há o favorecimento a outros membros que participam dos conselhos, mas todos buscam a partir de seus interesses particulares superar os "gargalos" da burocracia pública e melhorar os serviços privados de interesse público.

Entretanto, o que ainda prevalece é a forma como se dá o processo de



participação como pressão popular diante do movimento democrático, em que há uma tendência em realizar o controle social junto ao Estado através das práticas sociais democráticas, sem ter a preocupação em aprofundar o conhecimento técnico para fortalecer as relações sociais.

Como destaca Nogueira (2005, p.124) sobre a gestão pública também pressionada pela sociedade:

Há muitos segmentos novos na sociedade. Alguns grupos tradicionais perderam peso relativo. As classes sociais adquiriram outra estruturação e outra dinâmica, particularmente por conta do embaralhamento das identidades sociais potencializadas pela fragmentação social. (...) Tudo isso congestionava a agenda governamental e impedem o gestor público de desempenhar sua atividade com alguma tranquilidade técnica e política.

Quanto ao papel da sociedade civil, nesse contexto, é de exercer a participação no sentido de ser parte ou tomar parte de algo vindo de modo mais específico, conforme Teixeira (2000 *apud* NOGUEIRA, 2006, p.129) "ainda que nem toda participação seja imediatamente política, não há participação que não se oriente por algum tipo de relação com o poder".

Mesmo considerando que a sociedade civil organizada ainda precisa superar desafios no que se refere em capacitar-se para avançar na organização civil, diante dos debates frente a relação com o Estado e nos vários espaços públicos, há de se considerar o depoimento da representante do Estado junto ao Conselho Municipal do Idoso (RG,43 anos),

ainda faltam pessoas capacitadas tecnicamente para prestar assessoria para as organizações da sociedade civil, pois para inserir os grupos e as associações de idosos nos projetos sociais é importante conhecer sobre prestação de contas, elaborar projetos. E a sociedade civil não tem esse suporte no grupo de trabalho e o poder público também não, então por essa razão ainda está fragilizado a organização da sociedade civil, infelizmente.

Mesmo revelando à sociedade como um "problema no que pulsa ao prolongamento do envelhecimento" por vezes escapa dos olhares mais atentos, a ausência de serviços técnicos especializados para realizar assessorias a este segmento, que, é crescente em organização e em consumo de serviços, mas que continua com fragilidades fundamentais para melhorar o atendimento do segmento idoso.

Essa problemática torna-se agravante quando direcionada à participação na área dos municípios atendidos pelo Conselho Municipal do Idoso como observado no depoimento da entrevistada (RG, 43 anos),

Jutaí, Marã, Anamã esses procuram o Conselho para ter assessoria em busca de constituir ONGs para atender aos idosos com solicitações para aprenderem a fazer planilhas técnicas, projetos, planos de ação, não sabem fazer e precisam realizar convênios e não possui pessoal técnico para realizar estes trabalhos.

Um dos avanços das organizações da sociedade civil enquanto terceiro setor, ocorre com a busca de cumprir funções públicas ao emergir numa prática inovadora na articulação de uma nova esfera pública social, mas ao mesmo tempo, percebe-se que no interior do estado do Amazonas, a realidade está muito desigual, considerando que há necessidade de preparar os profissionais para uma demanda que não é nova, e que precisa ser trabalhada diante do desafio do segmento enquanto sociedade civil organizada.

Nesse processo há necessidade de ampliar o atendimento direto por parte do Estado, através da sociedade civil em que no primeiro momento tenha sua atuação como força das pressões de uma sociedade ativa, mas organizada, e no segundo momento o Estado reconheça a importância da inserção da sociedade civil enquanto terceiro setor para debater sobre as políticas públicas, para desenvolver os conselhos paritários e deliberativos estimulando a participação.

#### **1.4 Perfil dos idosos participantes de associações de idosos**

Em Manaus, o perfil dos idosos assim como em outras áreas do Brasil, há uma diversidade em relação ao enfrentamento da velhice, o que tange ao perfil dos idosos participantes da sociedade civil em Manaus, já demonstra uma representatividade.

Na comparação entre regiões, o Censo do IBGE (2011), mostra que a região Norte, apesar do contínuo envelhecimento observado nas duas últimas décadas, ainda apresenta uma estrutura bastante jovem, devido aos altos níveis de fecundidade no passado tendo como dados estatísticos sobre as pessoas que envelhecem na região os seguintes dados,

na região Norte, a população de crianças menores de 5 anos, que era de 14,3% em 1991, caiu para 12,7% em 2000, chegando a 9,8% em 2010. Já a proporção de idosos de 65 anos ou mais passou de 3,0% em 1991 e 3,6% em 2000 para 4,6% em 2010.

Neste sentido ainda é necessário investir em atividades socioeducativas, atividades culturais, recreativas e de lazer, para promover a participação cidadã do idoso em âmbito abrangente da sociedade civil organizada considerando o aumento da proporção de idosos em 2010.

Estes dados vêm demonstrar o gradativo crescimento da participação dos idosos que buscam os serviços públicos ampliados e vinculados às atividades esportivas e de lazer e, que durante as atividades os idosos são estimulados a participação cidadã nos debates voltados aos estudos das políticas de proteção social como Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso, concretizando o direito do idoso enquanto sujeito social da sua própria história.

Gohn (2002, p.9), apresenta a definição de espaço público,

arena de liberdade do cidadão para expressar, organizar e sistematizar suas demandas, reivindicações, projetos e ações coletivas, é neste sentido que os profissionais que trabalham diretamente com os idosos procuram manter o compromisso em estimular a participação.

De modo mais específico, vale destacar o perfil dos idosos que participam das associações e como eles ainda não têm uma cultura de participar do debate político de maneira geral, considerando que muitos tiveram o mesmo discurso sobre a participação nas Associações pesquisadas, seja a de Petrópolis, do Coroadó e da Juventude Avançada:

Quando a gente chega na Associação, nós gostamos mesmo é de fazer umas caminhadas, fazer ginástica, fazer natação, fazer esporte, dançar, porque muita gente gosta de ir dançar e isso é gostoso e faz bem pra saúde. Além de tudo isso, temos que ter uma alimentação saudável. (IPAP, 74anos)

Os idosos que participam dos grupos e associações ocupam os espaços em busca de esportes e lazer, de convivência com outras pessoas da mesma idade.

Entre os participantes há um interesse em comum, que é o de participar dos encontros para ficar ativos, sem muitos compromissos com estudos sobre a política de atenção ao idoso, tendo em vista que os grupos e associações pesquisados

possuem o "Programa de Educação de Jovens e Adultos-EJA".

Ou seja, observa-se que os idosos buscam uma "autoajuda", uma "cidadania ativa", um "envelhecimento ativo" no campo restrito da Associação de idosos, mesmo assim, ressalta-se que essa maneira de pensar e de agir tem sido estimulada por outros grupos de idosos, um debate amadurecido com os participantes sobre o estudo das Políticas de Atenção ao Idoso, como a Associação Juventude Avançada em que há um outro discurso sobre o exercício da cidadania,

se a gente ficar jogando na mão de autoridade esse problema, ele jamais vai ter solução. Então cabe a nós, como privilegiados que somos, tentar consertar e corrigir na medida do possível cada um de nós, mas antes da gente sonhar, é preciso saber que ninguém vai fazer nada para o velho carente. Eu sou pessimista. Cabe a nós corrigir o erro. (IJA, 73 ANOS)

Este depoimento vem demonstrar que há entre os idosos uma vontade de fazer algo, de colaborar com a sociedade, de lutar por locais privados que se tornem de interesse público enquanto não chegam as políticas públicas de fato, assim os idosos passam a ser motivados a debater e a demonstrar que precisam proteger os seus direitos lutando por eles. Exemplo, da luta dos aposentados, como destaca Paz (2006, p.202),

a partir da luta dos aposentados focaram-se outros cenários, em especial nas ruas, em noticiários que evidenciavam cenas de negligência ou maus tratos a idosos no cotidiano urbano, nas filas de bancos, nos meios de transportes, entre outras formas de violência.

Nesta direção, um outro traço particular do perfil dos idosos que participam das associações, refere-se a outros interesses que não são somente por esporte e lazer, pois há entre os idosos aqueles que são representantes da sociedade civil frente ao setor público.

Nos conselhos de idosos juntamente com os governamentais os idosos participam indiretamente, como aponta Faleiros (2007, p.50) a cidadania é um movimento pelos direitos, e seu sistema e sua efetivação histórica é processual, dependendo da mobilização e da organização dos sujeitos da sociedade e dos gestores.

Ou seja, implica ao sujeito social o reconhecimento de suas condições e de seus direitos para lutar pela efetivação dos mesmos, junto ao setor público, em que

de acordo com o autor, a proteção social visa vida digna, com redução das incertezas e inseguranças provenientes da própria desigualdade, dos ciclos familiares e individuais e dos conflitos sociais com a satisfação das necessidades dentro de um padrão democrático de cidadania.

Assim os idosos são estimulados a participar do debate político através da atuação no controle social, e passam a representar a sociedade civil, ou seja, o não governamental junto aos representantes governamentais que compõem os conselhos do idoso.

Considerando que estes conselhos de controle social são órgãos partitários nos quais entre os participantes serão votados quatro conselheiros governamentais e quatro não governamentais. De acordo com a pesquisa de campo (2012):

Os representantes governamentais por faixa etária:

Observou-se que muitos dos participantes estão com idades a partir de 39 anos (1); de 45 anos(1) de 55 anos (1), de 65 (1) e que estão inseridos no movimento conforme seu campo de atuação profissional, por exemplo nas Secretarias de Assistência Social e na área de Esporte e de Lazer, os quais são solicitados a participar dos conselhos juntamente aos representantes não governamentais, para que possam realizar os debates sobre os interesses do segmento idoso.

Quanto ao gênero, a predominância foi feminina (3) e (1) masculino, observou que a maioria dos representantes são mulheres reforçando a atuação na área da Assistência Social e um homem que representa a área de Esporte e Lazer.

Quanto ao estado civil apresenta: separada (1), casado (3); a escolaridade configura ensino superior completo (3) e ensino médio (1), a renda de todos provém do trabalho como funcionários públicos (4), e quanto à profissão, identificou-se assistentes sociais (2) arquiteto (1) e administrativo (1), nesse sentido independente da área percebemos que são indicados por seus superiores para participar sem necessariamente estarem ou não envolvidos com o segmento idoso, sofrendo modificações dependendo da Instituição que estão representando, considerando que muitas das vezes são suplentes ou mesmo representantes do titular.

Os representantes da sociedade civil e/ou não governamental por faixa etária:

Os representantes da sociedade possuem: 51anos (1); 65 e 69 anos (2); 70 anos (1); quanto ao gênero compõe: feminino (3) masculino (1), as mulheres estão

envolvidos diretamente com a comunidade, seja nos clubes de mães ou mesmo representando as associações de idosos, quanto ao homem representante, é envolvido com o segmento idoso antes mesmo de se tornar idoso e já demonstrava interesse em lutar pelo segmento. Estado civil: são casados (3) e viúva (1); a escolaridade configura ensino médio incompleto (1), ensino médio completo (1), superior completo (2). A renda provém: da família (2), de aposentadoria (1) e de trabalho autônomo (1); quanto a profissão compõem-se assistentes sociais (1), corretor de imóvel (1), do lar (1) e técnica em contabilidade (aposentada) (1). Com isso, vimos que a maioria são pessoas adultas que buscam com este trabalho colaborar com o segmento idoso e ainda serve como uma alternativa de se manter em atividade mesmo que não tenha uma renda fixa, já que estas pessoas são voluntárias dentro da comunidade.

Diante dos dados apresentados identificam-se representantes na idade adulta e idosa e que estão representando a sociedade civil, com predominância para a participação feminina, com o índice de escolaridade qualificado, sendo que a metade da amostra possui ensino superior completo, quanto a renda, seis representantes (6) possuem renda própria, enquanto dois dependem da família (2), no que se refere a profissão é expressiva a participação de assistentes sociais o que totalizou quatro profissionais (4) da categoria.

O tempo de participação dos representantes no Conselho é variado: ocupando uma escala de 1 ano e três meses a seis anos, conforme se pode visualizar na tabela 2.

Sendo os representantes governamentais indicados pelas secretarias municipais e os da sociedade civil de um processo de eleição, obedecendo um período de dois anos de atuação no conselho.

TABELA 2 - TEMPO DE PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES NO CMI

<b>HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ PARTICIPA NO CONSELHO?</b>		
Tempo de Participação	Governamental	Sociedade Civil
01ano e 03 meses	(3)	(3)
03 a 06 anos	(1)	(1)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Quanto ao apoio da família para participar das atividades de conselheiro, os governamentais três (3) apontam que recebem o apoio da família e um (1) informa que a família desconhece a atividade do representante; os da sociedade civil três (3) afirmam que contam com o apoio dos familiares e um (1) diz não contar, visto que a família reclama pelo excesso de atividades.

Dos representantes governamentais, apenas um (1) já participou de outro conselho gestor de política pública, outra representante aponta a participação em conselho pastoral ligado à igreja; da sociedade civil dois (2) participaram de outro conselho, assim quatro (2) representantes governamentais e (2) não governamentais nunca participaram. Há também a participação no Fórum Estadual do Idoso, sendo um (1) governamental e dois (2) da sociedade civil.

Este Fórum não está inserido nos debates dos Fóruns da Sociedade Civil em virtude da característica que os vincula ao Estado, tendo em vista que segundo o Fórum Nacional Permanente da Sociedade Civil (DELEGADO, 2011, p.10), "trata-se de um espaço privilegiado de politização e de mobilização de lideranças nacionais da sociedade civil na defesa de direitos da pessoa idosa e das questões afetas ao envelhecimento do país".

Este Fórum Nacional, "é um fórum exclusivo da sociedade civil" de acordo com o Manual do Delegado (2011).

Quanto aos demais espaços de associativismo, em partidos políticos dois (2) representantes da sociedade civil informam participar e terem participado de partido políticos, enquanto os governamentais não participaram; em sindicatos apenas um (1) participante da sociedade civil, na participação em igrejas, dois (2) governamentais e três (3) da sociedade civil.

Referente à participação para a consolidação do Estatuto do Idoso, dos representantes apenas os da sociedade civil participaram da consolidação desta Política (três (3) representantes), o que configurou na participação em comissão, auditoria e reivindicações através do Fórum Estadual do Idoso no Amazonas e da luta pela gratuidade de transporte coletivo para os idosos. Alguns, afirmam não ter participado, mas enfatizam seus trabalhos para a garantia dos direitos dos idosos.

Diante do exposto, o perfil da amostra de representantes no CMI, apresenta um número expressivo de pessoas idosas tendo representatividade nos conselhos e nas associações, apontando para um envelhecimento participativo em construção. A maioria dos representantes tem qualificação técnica, envolvimento político e comunitário, ou seja, fortalecem o trabalho voluntário e a organização da sociedade civil, mas vale ressaltar que esse trabalho precisa ganhar visibilidade no que se refere à valorização do trabalho voluntário no espaço privado de interesse público.

#### 1.4.1 A visão dos idosos sobre o funcionamento e participação nas associações e no conselho

Neste tópico, serão apresentadas questões relativas ao funcionamento e participação nas associações de idosos e no conselho que são constituídos através do envolvimento com o trabalho entre as lideranças em associações de bairros e clubes de mães, a partir do envolvimento em representações comunitárias.

É importante destacar que para o registro de uma associação sem fins lucrativos são necessários a constituição de alguns documentos que vão respaldar a associação diante da sociedade civil enquanto organização não governamental.

São os seguintes documentos: Ata de Fundação, Ata da Assembleia Geral de Fundação, aprovação do Estatuto e a eleição e posse da primeira diretoria, com prazo de mandato determinado, assinada pelo representante legal com firma reconhecida na última folha conforme o que preconiza a legislação.

O Estatuto Social, atendendo o dispositivo no art.54 do Código Civil Brasileiro de 2002, e documento e requerimento, ou seja, trabalhar com associações sem fins lucrativos é algo que perpassa a condição econômica dos participantes e conta com outros valores que estão intrinsecamente ligados à solidariedade e envolvimento cidadão, político e democrático que necessariamente não conta com o apoio do



poder público ficando sob responsabilidade da sociedade civil se organizar e avançar junto as demandas sociais.

Nogueira (2005, p.159) aponta que,

a participação é tanto mais efetiva quanto mais se articula com a representação, seja no sentido de “aproveitá-la” como espaço privilegiado da negociação política ampliada, seja no sentido de pressioná-la para que se abra cada vez mais à diversidade social e a própria democracia.

No caso das mobilizações sociais voltadas a participação do segmento idoso, gradativamente parcelas do segmento idoso vêm se posicionando a participar com representatividade, determinando assim uma posição de um grupo organizado, como demonstram os depoimentos que visam analisar a visão dos entrevistados no contexto das Associações:

O idoso não quer lutar diretamente, ele próprio, pelos seus direitos e precisa de uma terceira pessoa que tenha conhecimento para falar, ser porta-voz e lutar pelos direitos dos idosos, mais o coordenador do grupo fala pros idosos, são vocês que têm que participar, porque são vocês que sentem as privações ou as dificuldades, mas acaba que não falam nada!(IRAJA, 65 anos).

É raro um idoso levantar pra falar sobre as suas dificuldades (IPAP,70 anos),

Quanto ao depoimento dos idosos sobre a participação nas associações e no conselho:

A coordenadora é que luta por nós. Quando ela chega, ela conta tudo pra gente. (IP, 73 anos)

Vejo que está desenvolvendo a cada ano, pra que possamos gozar de mais direitos, só fiquei frustrado com o presidente do INSS. Não temos uma pessoa que explique como se dá os aumentos da nossa aposentadoria, por exemplo, porque até agora não saiu nada. (IPAP, 74anos)

Eu gosto mesmo é de participar do lazer, faço física há mais de cinco anos, só isso (...) (IAP, 63 anos)

Na nossa associação não tem debate sobre a PNI e sobre o envelhecimento, porque o objetivo são os passeios, viagens e lazer, já viajei muito. Apenas é trabalhado um informativo trimestral com a programação dos passeios, aniversariantes do mês e os gastos também são informados (IR, 73 anos).

Dagnino (2002), elucida:

Civil, buscando resolver os interesses de seu grupo. A participação é um processo contraditório, posto que a sociedade civil e o Estado, conflitam, objetivando seus interesses, visto que de um lado, está a burocratização do Estado, e de outro a Sociedade

Mas apesar das diferenças é possível afirmar, no entanto, que a grande novidade que os anos 90 trazem consigo é uma aposta generalizada na possibilidade de uma atuação conjunta, de "encontros" entre o Estado e a sociedade civil. Nogueira (2005), faz uma reflexão sobre a democracia participativa e destaca:

Quanto mais frágil ou deslegitimada for à esfera da representação, ou quanto menos os atores a privilegiarem, maior será o protagonismo das cortes e dos tribunais e maior será o peso da esfera administrativa, com seus técnicos e burocratas. Por uma via ou por outra, a participação é deslocada para um plano secundário.

Nesta direção entende-se que é necessário haver um envolvimento no trabalho de mobilização dos idosos, para que a iniciativa da participação política aconteça a partir dos próprios sujeitos sociais, para que possam ocupar os espaços na tentativa de concretizar a democratização, caso contrário, haverá uma fragilização dos poucos espaços já conquistados por pessoas que muitas vezes já não estão no movimento para contribuir com o debate político.

Nogueira contribui (2005, p.133):

Por intermédio da participação política, indivíduos e grupos interferem para fazer com que diferenças e interesses se explicitem num terreno comum organizado por leis e instituições, bem como para fazer com que o poder se democratize e seja compartilhado. É essa participação, em suma, que consolida, protege e dinamiza a cidadania e todos os variados direitos.

Portanto, o perfil dos idosos que participam das associações, é de não lutar pelos seus direitos, em virtude de uma postura passiva e pela busca de um outro interesse que é participar de atividades de esporte e lazer, as quais não tinham tempo para fazer no período de trabalho.

E dessa maneira, acabam por fragilizar o processo de debate político em torno dos próprios interesses, os quais estes idosos participam apenas alternadamente das ações sociais e não em debates que consolidam os variados direitos. Esse seria um dos motivos para justificar a reduzida participação no debate político do segmento.

## CAPÍTULO II

### AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS IDOSOS E A PARTICIPAÇÃO EM MANAUS

Neste capítulo abordar-se-ão aspectos relevantes aos avanços dos direitos da população idosa de modo geral, tendo em vista as políticas de proteção ao idoso que ao serem implementadas podem garantir condição de vida aos idosos de modo geral.

A garantia de proteção, cobertura de necessidades está articulada à autonomia e à participação. Conforme a Lei n. 8842/94, de 4 de janeiro de 1994, a Política Nacional do Idoso (PNI) "tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade" (art.1), com articulação da família, do Estado e da sociedade, "defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito a vida" (art.3).

A política social brasileira, segundo Marcelo Salgado, em palestra proferida no Seminário sobre Políticas Públicas organizado pelo SESI em dezembro de 2001, não se origina nas lutas sindicais, na luta dos trabalhadores e da população, mas começou em épocas de governos ditatoriais, não se configurando, portanto, como uma conquista, mas algo "oferecido de cima para baixo".

Portanto, no Brasil as políticas públicas são determinadas por interesses políticos, partidários e econômicos, "tomam um caráter de benesses, sendo os benefícios sociais negociados como mercadorias em função desses interesses e não propriamente das necessidades da população" como aponta Borges(2006, p.98).

#### 2.1 A legislação brasileira e as contradições nas demandas de proteção social

Desde os anos 1980, tendo como marco institucional mais importante a I Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, que aprovou o Plano de ação das Nações Unidas sobre o Envelhecimento, os programas de saúde para os idosos propõem cuidados ampliados, visando promover a integração social e a manutenção

da autonomia e também minimizar o uso de serviços de saúde (ONU, 1992).

Os debates são realizados nos âmbitos da sociedade e do setor público, tendo em vista, que na década de 1980 e início da década de 1990, havia uma ausência de políticas públicas efetivas, com ações que estimulassem a promoção do bem-estar social e econômico dos idosos, o que caracterizou o flagrante desrespeito aos preceitos constitucionais com o não cumprimento dos direitos sociais dos idosos.

A questão do idoso no Brasil, portanto, requer novas formas de atendimento, ou seja, as políticas públicas precisam ser implementadas com vistas a "resgatar" os direitos e a cidadania da população idosa.

Neste sentido, começam a ter um direcionamento mais para a área de lazer, cultura e educação com o (decreto-lei nº1. 050/95) relegando para o segundo plano o atendimento às necessidades de sobrevivência da população idosa, ou seja, neste caso as prioridades são invertidas.

As contradições sobre as demandas de proteção social acabam por ser caracterizadas somente a partir da Política Nacional do Idoso, através da Lei nº 8842/94, de 4 de janeiro de 1994, respaldado pela Constituição Federal do Brasil de 1988, tem como ideal maior, uma sociedade justa e fraterna, pluralista e sem preconceitos de qualquer espécie.

A sociedade civil enquanto militante do segmento idoso, busca respaldo no artigo 30 da Constituição Federal (1988), "construir uma sociedade livre, justa e solidária além de "promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação".

Neste sentido uma das contradições é negar a "questão social do idoso" em sua trajetória e em seu fazer histórico, em que podemos destacar diante da legislação, tem sua própria definição a partir do termo política o qual Ribeiro(1986, p.27) destaca que,

política não é, pois, apenas uma coisa que envolve discursos, promessas, eleições e, como se diz frequentemente, "muita sujeira". Não é uma coisa distinta de nós. É a condução de nossa própria existência individual, nossa prosperidade e pobreza, nossa educação ou falta de educação.

Enquanto a política social de acordo com Vieira (2007, p.140) "aparece no capitalismo, construída a partir das mobilizações operárias sucedidas ao longo das

primeiras revoluções industriais".

A política social, compreendida como estratégia governamental de intervenção nas relações sociais, unicamente pôde existir com o surgimento dos movimentos populares do século XIX, para Vieira (2007,p.141) "é a partir desta estratégia governamental de intervenção que se detecta, sendo estruturadas as contradições das demandas de proteção social ao segmento idoso e aos demais segmentos da sociedade civil".

Tendo em vista, que as contradições são frequentes em relação aos fatores econômicos, políticos e sociais, com políticas públicas voltadas para: economia, social, educação, habitação, saúde, previdenciária social, em que segundo Vieira(2007, p.141) é "no cotidiano das lutas políticas, com o governo fixando a orientação da política econômica e da política social que as relações sociais são contraditórias, por expressarem divergências de interesses entre os segmentos sociais que lutam por garantias de direitos".

Borges (2007, p.99) enfatiza sobre as organizações sociais:

Os primeiros sinais de organização social de grupos representantes do segmento idoso que foram identificados quando idosos de um grupo do SESC e grupos de Ribeirão Preto e de Catanduva começaram a lutar por uma revisão das aposentadorias que eram irrisórias, nesta luta.

E ainda conforme Borges (2007, p.99):

Surgiram os primeiros movimentos sociais com objetivo de trazer a tona a situação dos mais velhos, quando os próprios membros de grupos de idosos, são os sujeitos sociais, que passaram a buscar parcerias junto a instituições como SESC, SESI, LBA e Ministério da Previdência e Assistência Social, no sentido de se organizar e refletir sobre os direitos e fazer pressões políticas.

Ou manifestações das primeiras mobilizações para ampliar o trabalho que era realizado pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), em que o primeiro encontro de idosos, foi realizado na sede da LBA, no Rio de Janeiro, em 1986, e vem mostrar através do relato de experiência da Assistente Social Justa Franco como aconteceu este trabalho:

Nosso trabalho nasceu de uma determinação da LBA, de descentralizar as ações do Programa, já havia dois grupos de idosos, com uma proposta de

lazer, mas este trabalho foi expandido para a comunidade com a proposta de criar grupos de produção para aumento da renda. Mas o resultado foi que “eles não estavam preocupados em aprender e melhorar suas condições, em termos de aumento de renda. “Estavam muito preocupados, sim, em resolver problemas imediatos da comunidade”.

Os programas da LBA destinados aos idosos demonstravam grande relevância no cenário nacional. Neste sentido, a sociedade civil passa a ser ouvida nos encontros organizados pelo setor público e, a tomar a iniciativa de se organizar para resolver os problemas imediatos e assim exercitar o controle social através da fiscalização das ações demandadas.

O Estado, então exerce o poder mediante uma estratégia de governo, que normalmente se compõem de planos, de projetos, de programas e de documentos variados para desenvolver uma gestão participativa.

As políticas públicas a partir da articulação entre o setor público e a sociedade civil, passam gradativamente a ser um direito do cidadão e um dever do Estado, devem se pautar por garantias orçamentárias bem definidas e objetivos claros, além de ser implementadas de modo contínuo e sistemático, como resposta às necessidades sociais, como aponta Borges (2006, p.96).

Desta forma, avançar nas políticas públicas para os idosos, é de fundamental importância considerar os parâmetros utilizados pelo setor público para viabilizar direitos como aponta Debert (1999, p.43):

A imagem que projetam que ora é de uma sociedade cujas formas de controle se fundamentam cada vez mais na idade cronológica, ora a de que caminhamos para uma situação em que as diferenças de idade tendem a ser apagadas e a velhice é, sobretudo, uma questão de autoconvencimento.

Ou seja, outros aspectos precisam ser considerados Faleiros (2007,p.53) aponta que a velhice é heterogênea e as demandas são complexas, decorrendo não apenas da perda da renda ou da necessidade de atendimento à saúde, mas das condições de convivência, dependência e violência.

Para que seja possível atender as demandas complexas do idoso no Brasil, a Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS Lei nº8.742, de 07 de dezembro de 1993, tem por finalidade assegurar a prestação das *necessidades básicas*, com base nas quais as políticas públicas, com a participação da comunidade que definem os mínimos sociais, de natureza mais ampla(p.283).

A LOAS atendendo ao modelo constitucional por meio de leis

complementares, preveem a criação dos conselhos municipais de composição paritária, como instâncias deliberativas, como competência para formulação das políticas de atendimento e fixação das prioridades, constituindo-se por excelência em espaços de participação política e de democracia participativa (p.293).

Enquanto Gohn (2003, p.57) define que “não será apenas a sociedade civil a grande dinamizadora dos canais de participação, mas também as políticas públicas”.

A autora exemplifica os conselhos gestores em que traz como principal característica, as estruturas de representação que são eleitos diretamente pela sociedade, mas com uma tendência a institucionalização.

Como exemplo destas reflexões (IDEM), afirma ainda que são:

Os conselhos, de natureza formal, têm composição mista, incluindo representantes do aparelho estatal e da sociedade civil e são dotados de atribuições legais bastante amplas, inclusive de ordem deliberativa. Há que se considerar, contudo, que a sociedade é bastante heterogênea e que, atuando sob diferentes conjunturas políticas, os interesses e os objetivos de cada área, setor público ou segmento acabam produzindo demandas e efeitos diversificados.

Dificultando assim, a constituição de alianças e o exercício da solidariedade em relação ao fortalecimento das reivindicações tão necessárias a construção e a ampliação da cidadania e da consolidação da participação democrática.

E ainda segundo Bidara (2000, p.50) "a marca distintiva da esfera pública seria a sua condição de ser o *lócus* da participação sociopolítica na formulação, na deliberação, na execução, no controle e na gestão das políticas públicas".

A sociedade civil enquanto organização social vem tendenciando a institucionalização, quando realiza seus debates no interior dos espaços do setor público, o que vem sendo um grande “gargalo” para o Fórum Permanente do Idoso-FOPI, o qual é um fórum de debates com um recorte para a realidade dos movimentos sociais em Manaus, e que vem sofrendo cobranças de uma mudança de postura em relação ao Fórum Nacional da Sociedade Civil Organizada, e que conforme o esclarecimento da coordenadora do FOPI- AM:

Eles(Fórum Nacional), vêm com a ideia de que todos os fóruns sejam especificamente da Sociedade Civil em 2011-no Amazonas não vamos aceitar, porque não temos condições de andar com nossas próprias pernas, não temos verba, não temos um Fundo Municipal e nem Estadual, que possam nos garantir esta autonomia, temos que pedir de políticos, temos

que pedir do Estado e do Município apoio para nossas mobilizações e temos que nos organizar com nossos próprios recursos, então não será aceito a proposta da Nacional que será na Bahia. Assim declaramos um repúdio a não participação do Fórum Permanente do Idoso-Manaus.

Ribeiro (1986, p.104), afirma que “haverá democracia onde exista soberania popular efetivamente exercida, não importa através de que meios institucionais”; o autor ainda destaca que independente de estarem ligados ou não a uma instituição, a soberania popular vai continuar exercendo a democracia.

Assim, de acordo com o relato da coordenadora do Fórum Permanente do Idoso em Manaus, as relações entre a sociedade civil e o Estado estão acontecendo atreladas tanto pela questão de dependência de espaço físico quanto por conveniência de ambas as partes.

Para mudar as relações Estado/sociedade civil, os desafios são igualmente importantes. Entre eles estão a da transparência, isto é, a exposição pública das informações e do processo decisório das políticas públicas. Não se pode deixar de sinalizar o cuidado que a relação Estado/sociedade civil merecem no que se referem à prática do controle social.

Quanto as mobilizações sociais voltadas a participação do segmento idoso, se percebe uma adesão à participação exercida por eles, mesmo que seja apenas representativa, o que demonstra uma posição de grupo que busca se organizar, para conseguir avanços em suas negociações como afirma Nogueira (2005, p.159):

A participação é tanto mais efetiva quanto mais se articula com a representação, seja no sentido de “aproveitá-la” como espaço privilegiado da negociação política ampliada, seja no sentido de pressioná-la para que se abra cada vez mais à diversidade social e a própria democracia.

Desta forma, durante as últimas décadas, observa-se que a participação ganha relevância e novos contornos na relação da sociedade civil brasileira entre os sujeitos sociais coletivos e o Estado.

### 2.1.1 ONGs e OSCIPs

No Brasil, em 2005, existiam oficialmente trezentas e trinta e oito mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, sendo que a maior parte



delas(41,5%) foi criada na década de 1990, de acordo com IBGE (2005).

E ainda segundo IBGE (2005), entre os diversos fatores que contribuíram, naquele momento, para o crescimento acelerado dessas entidades se destaca o fortalecimento da democracia e da participação da sociedade civil nos debates na vida nacional.

O estudo trata de um novo olhar, um novo paradigma não-assistencialista, mas concreto e viável, sobre o uso das organizações do terceiro setor, como forma complementar ao Estado, na gestão de serviços para os problemas complexos do processo de envelhecimento, com foco na gerontologia social, de forma consistente. Com base em dados do CEMPRE de 2005, a pesquisa demonstra que existem hoje no Brasil 338 mil organizações sem fins lucrativos divididas em cinco categorias:

1. que são privadas, não integram o aparelho do Estado;
2. que não distribuem eventuais excedentes;
3. que são voluntárias;
4. que possuem capacidade de autogestão;
5. que são institucionalizadas.

De acordo com a pesquisa, o crescimento do número de organizações, bem como sua diversificação, são reflexos da democracia brasileira, mas o resultado da pesquisa demanda um olhar atento sobre suas especificidades e não pode ser considerado bom ou ruim *a priori*. Além disso, é preciso considerar o alto nível de precariedade deste crescimento, considerando que na atualidade se demonstram frágeis nas formas de financiamento dos trabalhos destas organizações.

A pesquisa apresenta heterogeneidade do associativismo brasileiro, explicitando o quanto esse universo é amplo e complexo. Assim podemos ver que não existem 338 mil ONGs, na acepção destas como entidades de defesa de direitos e nem do terceiro setor, como são referidas as do campo da filantropia empresarial. Esses conceitos são políticos, sem rebatimentos jurídicos, tendo um universo amplo que engloba também essas organizações, o que não cabe se limitar as mesmas.

Existe uma extrema desigualdade entre essas organizações, e, ao contrário de um recorrente "mito", o associativismo não é uma "forma fácil de enriquecer". A

maioria salarial nessas entidades é baixa, cerca de 3,8 salários mínimos por mês. Ou seja, demonstra que o trabalho voluntário é reforçado nestas organizações.

Além disso, as organizações empregam em torno de 1,4 milhão de trabalhadores (as) assalariados (as), mas há de fato um trabalho voluntário, militante e precarizado. As que mais empregam são aquelas que trabalham nas áreas da saúde e da educação, sendo que cerca de 70% empregam um milhão de pessoas, e o restante se distribui em 30%, consideradas de pequeno porte.

Segundo Teixeira (2010, p.262), os programas para a "terceira idade" de iniciativas filantrópicas, possuem uma nova mobilidade de prestação de serviços sociais pela ação privada, mas dita com finalidade "pública", que ganha ampla legitimidade e incentivos nas últimas décadas:

[...]com as regulamentações e o disciplinamento de repasse de recursos públicos e responsabilidades para grupos diversificados da sociedade, como as tradicionais instituições filantrópicas, as modernas fundações empresariais, as ONGs<sup>2</sup>, dentre outras, criando um substantivo marco legal e uma nova cultura de fazer política social.(IDEM,p.262)

É importante destacar que estas instituições filantrópicas citadas surgem com frequência na década de 1990, quando o Presidente da República regulamentou, por intermédio do Decreto nº 9.790, no dia 30 de junho de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado e sem fins lucrativos como as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, instituindo e disciplinando o termo de parceria (FRANCO, 1999).

O terceiro setor se caracteriza por iniciativas, cujos profissionais envolvidos percebem a colaboração participativa de realizar transformações sociais. As instituições do terceiro setor têm procurado desenvolver ações conjuntas, operando nos níveis local, regional, nacional e internacional, contribuindo para uma sociedade mais justa e democrática. Para tanto, e a partir de diversas causas, a sociedade civil organiza-se em redes para a troca de informações, a articulação institucional e política e para a implementação de projetos comuns (FERNANDES, 2005).

---

<sup>2</sup> ONGs são entidades criadas e administradas por um grupo de pessoas(em livre iniciativa particular), ou seja, são juridicamente privadas, porém realizam ações e prestam serviços a um grupo maior de pessoas (ao menos maior que a diretoria), podendo assim ser consideradas de finalidade pública (ANDRADE, 2006, p.95).

Para que a lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP's (Lei nº 9.790/99) e as ONGs se fortaleçam e passem a participar dos debates políticos a partir da formulação das políticas públicas como qualquer outra entidade, sejam as associações, sociedade civil e fundações, que deverão conter requisitos legais e normas que vem ampliar a formalização concreta e legalizada por lei que dispõe sobre a qualificação das ONGs e (OSCIP's, Lei nº 9.790/99) como:

Organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) e cria o termo de parceria (Lei nº 9.790, de 23 de março 1999), também denominada Lei do Terceiro Setor, estabelecendo assim uma nova disciplina jurídica às entidades sem fins lucrativos, possibilitando a sua qualificação, pelo Poder Público, bem como a possibilidade de firmar, com os governos federal, estadual e municipal, acordos de cooperação denominados termos de parceria.

Desta forma, as entidades sem fins lucrativos denominada ONGs, que nas décadas de 70 e 80 eram entidades - ditas 'de assessoria e apoio' ou que estavam 'a serviço dos grupos e movimentos populares' - de modo quase invisível, passavam a atuar 'de costas para o Estado' e ' nas bases da sociedade' durante o regime autoritário, ou seja, atuavam na “retaguarda dos movimentos populares como assessorias” e a partir das décadas de 90 e 2000 como afirma Raichelis (2007, p.80) “disputam lugares e reconhecimento público, ao lado dos movimentos sociais e dos atores que integram o cenário político”.

Neste contexto observa-se que tanto a sociedade civil quanto o Estado passam a ter responsabilidades que segundo Gohn (2003, p.32) "ao tema da participação, não existe ou tem papel coadjuvante de auxiliar uma boa gestão". Ou seja, participar é tanto direito quanto dever de todos os cidadãos.

Para a autora "a sociedade entra no cenário como consumidora, cliente e contribuinte/beneficiária" (IDEM, p.32), e com atribuições e responsabilidades, a partir das mobilizações produzidas pela própria sociedade e as novas conjunturas sociais e culturais. São nestes espaços que os idosos participam como sociedade civil, participam nos debates em fóruns e conselhos levando demandas e deliberando direitos.

### 2.1.2 As políticas públicas voltadas aos idosos

Na Constituição brasileira de 1988, foi iniciado um processo de construção democrático das políticas públicas, destacando-se entre ela, a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8742/73), a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8842/94) e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Juntamente com as duas últimas leis também está prevista a criação e atuação dos Conselhos do Idoso nos âmbitos Nacional, Estadual e Municipal, concebidos como órgãos colegiados e paritários.

Neste sentido, para se chegar a estas leis que respaldam a proteção social do idoso no Brasil, muitas foram as mobilizações que desencadearam a elaboração das políticas públicas de interesse dos idosos, as quais foram marcadas por pressões exercidas sobre os parlamentares como aponta Mendonça (2006, p.183).

Esses direitos não se afirmaram sem lutas, sem pressão dos movimentos sociais, e das instituições filantrópicas e sem fins lucrativos que reforçam os movimentos e as reivindicações constituindo assim a rede de organizações populares e ONGs entre associações e instituições que se constituíram nos últimos anos.

Como destaca Faleiros (2007, p.40-41), "as Sociedades São Vicente de Paula tentavam manter a família assistida em lares subsidiados e os asilos atendiam àqueles privados de laços familiares e de renda".

A Legião Brasileira de Assistência - LBA, fundada em 1943, possuía alguns programas para idosos, como o "apoio a asilos". Ainda segundo Faleiros (2007, p.42), "as atividades destinadas aos idosos representaram, um espaço de consideração da velhice como um momento da vida, como uma esfera especial". Enquanto Rodrigues (2005, p.88), destaca fatos que marcaram a década de 70, em plena ditadura que garantiram direitos que não existiam até então, como:

Lei nº6.119/74, que institui a Renda Mensal Vitalícia, no valor de 50% do salário mínimo para maiores de 70 anos que houvessem contribuído, ao menos um ano, para a Previdência. O INPS, em 1975, passou a apoiar os centros de convivência. No final dos anos 70, as pessoas idosas começaram a se organizar em associações, quando também o Ministério da Saúde se voltou para a questão.

Neste cenário, o debate sobre os avanços das políticas públicas adquire

ressonância na década de 80, com a proporção de idosos aumentando o que traz a tona o impacto da transição demográfica para a previdência social e para a assistência social que é complementada pela proteção não contributiva do Benefício de Prestação Continuada, e ainda atrelado aos movimentos articulados a várias organizações percebe-se "uma maior mobilização da sociedade civil no sentido de expandir os direitos sociais e a cidadania de todos os cidadãos".

Quanto às instituições que prestam serviços sociais a sociedade, estão a pioneira Legião Brasileira de Assistência - LBA e o Serviço Social da Indústria - SESI, consegue realizar um trabalho com ações comunitárias no final da década de 1970 início de 80, em diversos estados da Federação.

Enquanto que as problemáticas e as atividades em torno do envelhecimento, contam com iniciativas nacionais como aponta Pereira (2011, p.22) em que avançam para a criação da Sociedade Brasileira de Gerontologia e Geriatria (SBGG), em 1961, do Serviço Social do Comércio (SESC), em 1963, da Associação Cearense Pró-Idosos (ACEPI), em 1977, e da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (CODAP), em 1984, mas que desde 1960 já datava reivindicações com criação da União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (UAPB). Assim como, eventos e mobilizações internacionais, que configuraram os Planos de Ação para o Envelhecimento resultante das Assembléias de Viena em 1982, e Madri em 2002, como destaca (IDEM, p.22):

Com a Constituição Federal de 1988, a partir da "Carta Magna" que trata de artigos que já citam a importância de garantir o direito a uma velhice digna àqueles que conseguirem alcançar esta fase da vida, bem como através da legislação direcionada especificamente ao segmento idoso com a Política Nacional do Idoso (Lei nº8.842/94) – PNI-e consequentes ramificações a que vem tornarem públicos os direitos e deveres que os idosos podem recorrer para melhorar a condição de vida, respaldado principalmente com as Políticas Municipais e o Estatuto do Idoso através da Lei nº10.741, de 1º de Outubro de 2003.

Desta forma, a Constituição Federal de 1988, traz em seus artigos avançados para a década de 1980, um período desafiador para o país, a partir de leis que asseguravam a possibilidade de avanço para a democracia.

Considera-se que a mobilização dos idosos não se dá de maneira isolada, outros sujeitos sociais também agregam a participação ao processo de lutas sociais, visto que na década de 1990, ocorreram Fóruns dos Municípios (parte integrante

dos congressos nacionais da SBGG), reunindo profissionais que, em sua maioria, atuavam nas Secretarias de Saúde e de Assistência Social, com a finalidade de discutir e elaborar propostas de ação social relativas ao atendimento aos idosos na rede de serviços de saúde e de assistência social (PPI,2004).

No ano de 1994, ainda sob influência dos debates nacionais e internacionais sobre a questão do envelhecimento, foi aprovada a Lei nº 8.842 da Política Nacional do Idoso – PNI (BRASIL, 1998), inspirada no princípio de que o idoso é um sujeito de direitos e deve ser atendido de maneira diferenciada em suas necessidades físicas, sociais, econômicas e políticas.

A PNI tem como objetivo assegurar ao idoso seus direitos sociais, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Reconhece a questão da velhice como uma questão prioritária no contexto das políticas sociais brasileiras e objetiva criar condições para promover a longevidade com melhorias da condição de vida, colocando em prática ações voltadas não apenas para os que estão velhos, mas também para aqueles que vão envelhecer. No Art.2º - considera idoso a pessoa maior de 60 anos de idade.

A PNI criou normas para os direitos sociais dos idosos, garantindo autonomia, integração e participação efetiva como instrumento de cidadania. Esta Lei foi resultado de inúmeros debates e consultas ocorridas nos estados da Federação, nas quais participaram idosos ativos, aposentados, professores universitários, profissionais da área de gerontologia social e geriatria, contando com várias entidades representativas desse segmento, entre outros.

Entretanto, essa legislação ainda não foi totalmente aplicada. Isso se deve a vários fatores, que vão desde contradições dos próprios textos legais até o desconhecimento de seu conteúdo pelos idosos e da sociedade como um todo.

A coordenação da Política Nacional do Idoso é de competência do órgão ministerial responsável pela assistência e promoção social, com a participação do Conselho Nacional, dos conselhos estaduais, do Distrito Federal e dos conselhos municipais do idoso, conforme aponta o Art.5º desta Lei.

Na área de atenção à saúde, em 1999, o Ministério da Saúde elaborou a Política Nacional de Saúde do Idoso-PNSI, através da portaria nº 1.395/GM. A política possui dois eixos norteadores: medidas preventivas com especial destaque para a promoção da saúde e atendimento multidisciplinar específico para o idoso.

Quanto à aprovação da Política Municipal do Idoso, em reunião realizada em 4 de julho de 1999, onde se faziam presentes sessenta e oito representantes de entidades governamentais e não-governamentais, ligadas à causa do idoso no Município de Manaus de acordo com FDT (2011), foi formalmente decretada tal política que define:

Art. 1º A Política Municipal do Idoso tem por objetivo definir não só ações e estratégias, bem como mecanismos de acompanhamento, controle e avaliação das ações que garantam os direitos sociais da população idosa do Município de Manaus e assegurem a promoção de sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade (...).

Art. 4º A implantação da Política Municipal do Idoso é competência dos órgãos públicos e da sociedade civil organizada, cabendo à FUNDAÇÃO DOUTOR THOMAS não só a coordenação, acompanhamento e avaliação dessa política, bem como o monitoramento técnico dos profissionais envolvidos.

Nesse sentido a Fundação Dr. Thomas-FDT (2011), implementou três programas sociais de sua responsabilidade e coordenação que são: Programa de Longa Permanência do Idoso, em que são institucionalizados os idosos a partir de 60 anos, que não têm condições de manter sua subsistência ou que foram desprovidos por seus familiares, como preconiza a PNI (1994) através do parecer técnico profissional da Instituição, após visita domiciliar.

Já o Programa de Atendimento Domiciliar (PADI), garante o acompanhamento de uma equipe multiprofissional formada por assistente social, psicólogo, médico e enfermeiro que acompanham os idosos em seu domicílio e os mantêm no espaço familiar, bem como informando às famílias sobre o processo de envelhecimento individual (IDEM).

Em cumprimento à demanda tanto pelo Programa de Longa Permanência quanto pelo PADI, e atendendo ao que preconiza a Política Municipal do Idoso (Decreto nº5. 482, de 7 de março de 2001), no Art.5, em criar um Centro de Convivência modelo que atenda o público alvo, o artigo se concretiza através do Parque Municipal do Idoso, uma modalidade de Centro de Convivência, que passa a ser modelo para outros Centros de Convivência, criados e ampliados no âmbito municipal e estadual em Manaus.

Em 2006, pautada na Política Nacional de Saúde, conhecida como Pacto pela Saúde, que assegura a Política de Atenção Básica ao Idoso, em Manaus, a equipe

da Secretaria Municipal de Saúde tomou como iniciativa e, atendendo ao que visa em Lei, trabalhar dando prosseguimento às descrições do Programa de Atenção à Saúde do Idoso - PASI que está ligado à Coordenação de Assistência à Saúde, Núcleo de Coordenação de Atenção à Saúde do Adulto, da Secretaria Municipal de Saúde de Manaus, o qual segundo informações da Coordenação do PAS I(2011),

foi elaborado pela equipe de assistentes sociais desta Unidade, o projeto de atendimento aos idosos, não só visando sua saúde, mas também estimulando-os em atividades socioculturais ou recreativas. Este projeto divide-se em duas partes: atividades externas (à Unidade): visitas das assistentes sociais às instituições afins; atividades socioculturais e recreativas são realizadas com o SEST/SENAT, com a participação de 100 idosos inscritos no Grupo Bom Viver, os quais participam das seguintes atividades: caminhada, natação, hidroginástica, recreação (dança); participação na festa de confraternização realizada no SEST/SENAT e participação na festa em comemoração à Semana do Idoso. Atividades internas (na Unidade): abertura do Cartão do Idoso, agendamento de consultas médicas para todos, aos sábados; agendamento de consultas odontológicas, acompanhamento de casos sociais, reunião mensal em grupo com o Serviço Social e direção da Unidade de Saúde, no sábado, são reservadas fichas para exames laboratoriais dos idosos, festa de confraternização com os idosos do PASI e participação e organização de cestas básicas 'Natal Sem Fome', encaminhamento para consultas especializadas externas, inscrição de idosos no Programa de Combate às Carências Nutricionais/PCCN, agendamento de consultas oftalmológicas e acompanhamento nos casos de cirurgia, realização de visitas domiciliares nos casos de intervenção que o Serviço Social faz o acompanhamento, em conjunto com o serviço de enfermagem, orientação nos casos de requerimento para benefício e aposentadorias, orientação aos familiares referente aos serviços do SOS-Funeral, atualização da vacinação (idosos retornam para 2.<sup>a</sup> dose) e Campanha de Prevenção do Controle de Diabetes e Hipertensão Arterial.

Acrescem aos benefícios já citados, outros que garantem realmente a implementação das políticas públicas de saúde, como: o Incentivo às Ações de Combate às Carências Nutricionais, Assistência Farmacêutica Básica e Programa Nacional de Imunização (contra influenza, infecções pneumocócicas e tétano-difteria) constituem um conjunto diversificado de ações que atuam no equilíbrio biológico do idoso como preconiza a Organização Mundial de Saúde (2002).

As leis de atenção à saúde do idoso, vêm reforçar e ampliar a proteção às pessoas que envelhecem e garantir, através do fortalecimento dos espaços de participação e fiscalização, o exercício do controle social.

Este controle social já vem regulamentado por meio das leis complementares que foram configurados em termos operacionais pela Lei Orgânica de Assistência



Social (LOAS)<sup>3</sup>.

Enquanto as ações desenvolvidas para os idosos se dão com a cobertura das leis, desde a implantação da PNI, em 1994, e do esforço na implementação do Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento, em 2002, culminando com a promulgação da lei nº10.741, de 1º de outubro de 2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso que antes contava somente com o Código Penal.

Com a aprovação do Estatuto do Idoso, o Brasil avança na tentativa de redefinir o lugar dos idosos na sociedade, onde o Estado reconhece que a sociedade civil precisa participar ativamente da vida política, da cultura e de todos os outros âmbitos, ou seja, precisa exercer a cidadania e a democracia.

Após o Estatuto do Idoso, uma outra luta é subsidiada por esta lei de 2003, dando início a partir da reivindicação por melhorias nos transportes coletivos urbanos, com avanços específicos na legislação municipal, pois na atualidade os idosos passam a ter direito a vagas em estacionamentos de locais públicos, desde que estejam devidamente identificados com uma carteira de passe livre.

Tais vagas são solicitadas em órgão de controle do transporte coletivo urbano do município de Manaus respaldados pela LOMAM, ou seja, esta garantia é voltada aos idosos de classe média que têm acesso ao transporte individual como destaca a lei. Ou ainda é assegurado aos idosos a partir de 60 anos, a meia passagem em transportes intermunicipais ou a isenção de pagamento mediante a comprovação da ausência de condições financeiras de custear sua passagem. Sendo assim estes benefícios cabem a,

II - idosos maiores de 65 anos.

Parágrafo único - A efetividade da isenção se dará nas seguintes condições:

I - deficiente menor em atividade escolar, sem qualquer exigência;

II - idosos, mediante apresentação de carteira própria, com renovação anual de cadastro, promovido pelo órgão municipal competente.

As dificuldades e os avanços enfrentados pelo segmento idoso, não lhes dão

---

<sup>3</sup> Sancionada pelo Presidente Itamar Franco e regulamentada pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, com a criação dos Conselhos de Assistência Social nas três esferas governamentais. Este instrumento representou para o campo da assistência social uma espécie de estatuto da maioria jurídica, já que, pela primeira vez, é definida como política pública Rachielis (2007, p.21-22).

ainda a certeza de afirmar a qualidade nos serviços prestados pelas políticas públicas, uma vez que os debates em direção ao processo de construção da melhoria da participação dos idosos precisam ser ampliados, estimulando-os a serem os próprios sujeitos sociais da luta pela criação e implementação das ações voltadas às necessidades básicas desse segmento.

Outros sujeitos sociais têm importância no processo de implementação das políticas públicas, através de parcerias<sup>4</sup> entre o setor público(Estado) e a sociedade civil. Por meio da criação e do fortalecimento dos conselhos, das universidades e organizações não governamentais-ONGs, ou seja, a partir da ampliação das políticas públicas para o terceiro setor, inicia-se assim a construção da rede de proteção e defesa da pessoa idosa, como registrou a I Conferência Nacional de Direitos do Idoso em 2006.

Essa Conferência estreitou as relações entre o setor público e o setor privado, quando destaca a maior importância para aqueles que estão encarregados de propor, implementar e implantar as políticas públicas, em vista da realização dos direitos da pessoa idosa.

Nogueira (2005, p.161) aponta que:

Com isso foi se percebendo que os canais de participação são "espaços de discussão e negociação de políticas públicas, espaços de explicitação de conflitos e interesses", contrários, portanto, a qualquer ideia de processo harmonioso de delegação de poderes, em que existiriam apenas "iguais".

É nessa direção que a sociedade civil busca a ampliação dos serviços que são prestados à sociedade civil organizada, como setor privado de interesse público e buscando articulação nos espaços públicos.

### 2.1.3 O funcionamento dos conselhos como órgão de controle da política pública voltada ao idoso

No Brasil, os conselhos começaram a tomar força nos anos de 1980 a partir da Constituição Federal e em 1990, nota-se um envolvimento direto da sociedade civil como participante nos debates das ações de interesse da coletividade e, que o

---

<sup>4</sup> Este termo segundo o Art.9. da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, assim considerando o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes para o fomento e a execução das atividades.

Estado passa a reconhecer e se adaptar para ampliação das demandas dos segmentos envolvidos, os quais estão dispostos a participar das decisões e da fiscalização dos recursos financeiros e de como serviços sociais vão ser melhor empregados.

Como afirma Nogueira (2005, p.152):

Que participar é mais do que eleger representantes e autorizar governantes, mas não exclui os papéis específicos que representantes e governantes têm no processo de tomada de decisões e de organização do espaço público.

E assim podem contribuir com a criação de novos canais de participação da sociedade civil organizada, que de acordo com (AMMANN,1978,p.25), "assumem um caráter transformador dos mecanismos que mantêm e/ou reproduz as desigualdades sociais", e começam a ter uma adesão significativa com trabalhos desenvolvidos por vários representantes da sociedade civil como exemplo um destaque a presidente do Conselho Municipal do Idoso que em 2011 é eleita pela sociedade civil para ocupar um cargo no conselho antes ocupado apenas pela Coordenação da Política Municipal do Idoso em Manaus.

De acordo com a Política Nacional do Idoso (Lei nº8842/94) e o Estatuto do Idoso (Lei nº10.741/03), está prevista a criação e a atuação dos Conselhos do Idoso nos âmbitos Nacional, Estadual, e Municipal, concebidos como órgãos colegiados e paritários.

Enquanto Mendonça (2006, p.183) aponta que uma das principais atribuições dos conselhos:

É a de controle democrático, a eles cabe acompanhar e avaliar o desenvolvimento das políticas públicas. Na maioria dos casos os conselhos são deliberativos e paritários, ou seja, participam, em igual número, representantes do governo e da sociedade civil para a deliberação sobre as respectivas políticas.

Ou seja, os conselhos por definição são órgãos colegiados de defesa de direitos e de controle democrático, não tendo, no entanto, poderes para autuar, é importante que se articulem com órgãos que têm esse poder, tais como as promotorias públicas e vigilância sanitária (IDEM,184).

Neste sentido, de acordo com o depoimento de um idoso, quando questionado sobre sua participação no conselho, o idoso destacou seu envolvimento

tanto na Associação Juventude Avançada quanto no Conselho Municipal e enfatizou sua opinião sobre a última eleição do Conselho Municipal no final de 2011:

A credibilidade do líder, esta é a palavra que levou a coordenadora da Pastoral da Pessoa Idosa, ser eleita no Conselho Municipal, ela se coloca e a comunidade acata ou não as decisões, ela respeita as opiniões do grupo, se ela está representando a Pastoral é porque os padres apoiam e a Arquidiocese também. (IRAJA, 65 anos)

Nesta relação, uma questão relevante que os idosos buscam é ser ouvidos e terem sua opinião acatada ou não pelos dirigentes e representantes dos conselhos, pois esta atuação deve acontecer articulada entre o poder público e a sociedade civil organizada, mesmo que o representante tenha sido da Igreja, considerando que este espaço(Igreja) também pode contribuir com a construção dos canais de participação e da luta pela garantia dos direitos a partir de um trabalho de integração institucional.

Desse modo, se verifica que as instituições governamentais, e representantes da sociedade civil organizada, possuem um nível de satisfação em contraponto às insatisfações em relação às demandas debatidas no conselho e em apoio ao Estado junto ao andamento e desenvolvimento das ações realizadas nas associações de atendimento aos idosos de modo geral.

Quando questionada sobre avaliava as reivindicações dos idosos nas associações, a coordenadora de Projeto Social de Esporte e Lazer que trabalha com 45 grupos e associações de idosos, destaca sua percepção a partir da participação dos idosos nos conselhos:

Vejo os avanços nos serviços públicos, mas entendo que muito ainda precisa avançar, principalmente a participação nos conselhos. Agora com os novos membros do Conselho Municipal parece que vamos avançar com as Comissões e nós estamos com o projeto de conhecer através de visitas os grupos e associações realizando o controle social. (FFAJA, 53anos)

Quanto à visão da representante do Conselho Estadual sobre como avaliar as reivindicações dos idosos nas associações e o que avançou nas políticas de proteção ao idoso:

Na minha visão de profissional e militante posso falar de 1996, a nível de sociedade civil, percebíamos um trabalho mais organizado, o que nos possibilitou avançar naquele período com as políticas, mas com uma articulação dos representantes governamentais também, e com a criação da Política Estadual e ainda militando no Fórum Permanente do Idoso, naquela

época já se percebia uma fragilidade, os grupos de idosos não estavam habilitados, ou seja, não estavam regularizados, tinham dificuldades de se constituírem em organização. (RG, 45 anos)

Nestes depoimentos percebe-se o esforço em desenvolver as articulações e estimular os representantes e os idosos a se articularem para avançar na luta pelas reivindicações de interesse dos idosos e participarem da fiscalização a partir dos conselhos, para garantir um melhor atendimento aos idosos nos grupos e nas associações da sociedade civil.

Quanto ao desempenho dos conselheiros governamentais e não governamentais, respectivamente, todos responderam que possuem uma avaliação positiva, em relação a sua atuação no Conselho, como representantes diretos da associação ou instituição neste espaço, e ainda os mesmos se autoavaliam como bons em sua atuação como conselheiros, como apontam os representantes a partir do questionamento sobre a atuação nas associações e nos conselhos, de acordo com pesquisa de campo (2012):

Boa, pois o conselho é deliberativo, nós defendemos os interesses dos idosos, temos muitas ferramentas que viabilizam as demandas do Conselho (IRAP, 70anos).

A minha atuação no Conselho é satisfatória, faço o que eu posso para ser uma boa representante da minha instituição e resolver as demandas postas pelas associações que participam do Conselho (MRCO,50 anos).

Considero como boa a minha participação, pois sou atuante no sentido de não faltar as reuniões (IR,73 anos).

A atuação da organização que represento é boa. Tem sido bastante efetiva e alcançado um bom desempenho (IRAJA,65anos).

Minha participação no Conselho é boa (..). Sou polêmica e coloco as discussões do grupo em primeiro lugar nas reuniões do Conselho (FFAJA, 53).

Tento representar minha organização do melhor modo possível (..) Em geral minha participação é boa (IRAP,70anos).

A autoavaliação é um aspecto a se repensar, considerando o empenho voluntário deste trabalho junto ao segmento idoso, o qual é extremamente

satisfatório, vale ressaltar que a avaliação da participação se dá sobre o aspecto do engajamento na luta pelos interesses dos idosos pautado nas políticas de proteção social, a qual ainda está a longos passos da real proposta que se tem sobre os canais de participação, considerando alguns entraves que continuam na atualidade.

Ou seja, quanto à participação é algo ainda muito superficial, pois nos depoimentos não encontramos um destaque direto no que se refere a um avanço concreto que tenha acontecido a partir dos debates realizados no conselho, a participação fica restrita "em frequentar assiduamente", "ser útil em participar" em ser "polêmico", mas os que conseguem realmente avançar não são destacados nos depoimentos, ainda se observa uma fragilidade nos discursos dos conselheiros.

Para Ammann (1998,p.57), os grupamentos voluntários assumirão, portanto:

Significância, na proporção em que funcionem como veículos de participação social. Mediante à associação, as diversas camadas sociais, podem partilhar seus problemas e seus interesses, adquirir poder reivindicatório e indiretamente ter acesso à gestão da sociedade.

E assim, tendo a participação como veículo para o poder reivindicatório, é que os representantes dos idosos atuam junto aos conselhos de controle social, e a partir dessa representatividade tem como respaldo a lei do voluntariado-(Lei 9.608/1998-Lei Ordinária) 18/02/1998, dispõe sobre o Serviço Voluntário e dá outras providências:

Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

Parágrafo único. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim.

Art. 2º O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

Art. 3º O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

Parágrafo Único. As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

A lei do voluntariado além de reconhecer o trabalho realizado pelos coordenadores junto aos idosos nos grupos e nas associações, também consegue manter a qualidade dos serviços prestados ao segmento.

Outrossim, desenvolver ações em espaços privados de interesse público, exercitar a solidariedade e reconhecer que a sociedade civil organizada pode desenvolver ações sociais em detrimento da coletividade são desafios da fiscalização a partir do controle social.

Enfim, os coordenadores de associações participam das atividades desenvolvidas tanto nos espaços de encontros, nas reuniões do Fórum Permanente do Idoso e ainda são conselheiros (as) nos Conselhos como órgão de controle das políticas públicas voltadas aos idosos.

Portanto, nestas atividades outro aspecto a ser destacado, diz respeito as respostas dadas a respeito dos empecilhos por parte dos representantes governamentais em participar das reuniões do Conselho, temos um destaque de um conselheiro que declarou: "a falta de auxílio financeiro do poder público impede que os representantes governamentais participem das reuniões".

Neste depoimento, há uma negação e um desconhecimento das atribuições executadas por parte dos representantes governamentais, pois ao representar o setor público já se entende ser uma das atribuições funcionais participar das reuniões do Conselho, o que está havendo é a ausência de comprometimento e conhecimento necessário sobre a importância da fiscalização das políticas públicas, considerando que é através dos representantes governamentais, que são encaminhadas as reivindicações dos representantes não governamentais.

Assim, durante a pesquisa de campo alguns representantes da sociedade civil participantes das associações de idosos ao serem questionados sobre se gostavam do trabalho que realizavam junto aos idosos afirmaram que:

Tem um fator que move a gente é o enraizamento de amizades e o compromisso com a comunidade que falam mais alto na relação do coordenador com os participantes e a gente participa do conselho sem auxílio mesmo (IRAJA, 65anos).

O que motiva este trabalho é o compromisso e a busca por direitos para os idosos(MRCo,50).

Enquanto os representantes da sociedade civil falam de um compromisso com os interesses dos idosos e do enraizamentos de laços de amizade, os representantes governamentais destacam a falta de auxílio financeiro, um descompromisso com as questões referentes ao segmento idoso, tendo em vista que os representantes governamentais não são os representantes legais do Estado e sim assistentes, cuja presença, na maioria das vezes, serve apenas para anular a representatividade de outros sujeitos da assistência social, resultando em um conselho de informação e não de deliberações.

É importante destacar que durante alguns anos este trabalho desenvolvido pelos coordenadores de grupos e associações de idosos vem sendo realizado através do voluntariado, e a partir de 2007 inicia-se um trabalho com os projetos sociais em parceria com o poder público e, os coordenadores de associações de idosos que estão regularizados, ou seja, que possuem a documentação exigida como: regimento interno, cadastro da associação registrado em cartório, possam ser beneficiados com um auxílio financeiro para custear gastos que antes não seriam possíveis realizar apenas com o trabalho voluntário.

Este auxílio financeiro é referente a prestação de serviços junto aos idosos, posto que esta atividade se pauta como uma atividade voluntária, conforme o capítulo III, artigo 17 do regimento interno dos conselhos. E este auxílio é referente a financiamentos realizados a partir de projetos sociais desenvolvidos pelo poder público.

Outro aspecto observado a partir dos depoimentos, retratam a percepção dos idosos sobre as parcerias realizadas com o primeiro setor (Estado) de acordo com o depoimento da representante governamental:

A sociedade civil organizada, não consegue ser absorvida pela responsabilidade social empresarial como a Petrobrás, porque não tem preparo técnico para conseguir se encaixar nos modelos de projetos e não estão habilitados para conseguir recursos financeiros, mesmo o Estado preparando a sociedade, ainda sim os manuais elaborados são complexos. (RG, 43 anos).

De acordo com Teixeira (2010), os programas para a "terceira idade" de iniciativas filantrópicas, possuem uma nova mobilidade de prestação de serviços sociais pela ação privada, mas dita com finalidade "pública", que ganha ampla



legitimidade e incentivos nas últimas décadas,

[...]com as regulamentações e o disciplinamento de repasse de recursos públicos e responsabilidades para grupos diversificados da sociedade, como as tradicionais instituições filantrópicas, as modernas fundações empresariais, as ONGs, dentre outras, criando um substantivo marco legal e uma nova cultura de fazer política social (TEIXEIRA,2010, p.262).

É sobre a égide das modernas fundações empresariais, que responsabilidade social empresarial se pauta e continua distante da realidade dos grupo e associações de idosos, ou ainda como ressalta Matos (2006,p.188) o problema da participação começa assim na dificuldade dessas associações comunitárias se constituírem em sujeitos sociais ativos e autônômicos, ou seja, independente dos interesses e do apoio do Estado ou do mercado, a sociedade civil se mantém ativa.

De acordo com o depoimento de uma representante governamental, há um esforço por parte da sociedade civil, em organizar as associações de idosos, para que possam mensurar suas demandas de maneira técnica, a fim de que possam buscar recursos financeiros através da responsabilidade social empresarial, enquanto parceiros, no sentido de subsidiar os gastos de tantos anos com a realização somente do trabalho sem fins lucrativos e voluntários, o que melhoraria no atendimento com qualidade ao segmento.

Ao questionar se as associações de idosos levantam questões e as discutem para serem levadas aos conselhos, dos cinco representantes não governamentais entrevistados, quatro afirmaram que discutem as demandas a serem levadas ao Conselho e apenas um declarou não debater com os participantes estas questões, enquanto, todos os conselheiros declararam que fazem um planejamento prévio do que será discutido no Fórum e nos conselhos.

De acordo com alguns depoimentos sobre as informações acima destacamos:

Quando o problema é coletivo se leva para o grupo, o debate do Conselho, o que foi deliberado e sobre o que fazer com essa problemática, passam pelos conselhos e pelo Fórum e todo mundo tem que repassar nos grupos e associações de idosos (IRAJA,65 anos).

A gente tem que votar tudo, claro sem confusão, pois temos que saber o que vem de melhor pra os idosos, quando a coordenadora precisa da nossa força ela nos convoca, e assim ficamos atualizados do movimento dos idosos (IRAP, 70anos),

Alguns idosos estão sendo estimulados a debater através do trabalho de politização realizado pelos coordenadores das associações, que muitas vezes também já são idosos e que juntos tentam vencer as barreiras do tempo e vão estimulando a memória e o convívio social através da participação em encontros, mas em muitos outros grupos e associações este processo ainda precisa amadurecer no que se refere aos debates políticos.

## **2.2 A representação da sociedade civil nos conselhos de idosos**

A Constituição de 1988, assegura que o principal mecanismo de controle social, são os conselhos de direitos, fundados através da organização paritária entre governo e sociedade civil e que funciona de acordo com os princípios da descentralização nas esferas: federal, estadual e municipal.

Os conselhos, têm composição mista, incluindo representantes do aparelho estatal e da sociedade civil, os quais são dotados de atribuições legais bastante amplas, inclusive de ordem deliberativa.

Dentre a noção de controle social, na atualidade, de acordo com os estudos realizados sobre o controle social é associado à co-responsabilidade pela “coisa pública”, enquanto os conselhos gestores têm sido definidos como canais de articulação de demandas e de diferentes interesses entre os sujeitos coletivos.

Estes espaços de decisão, são tanto para atender aos representantes governamentais, quanto aos representantes da sociedade civil que disputam recursos públicos, "estabelecendo prioridades para sua distribuição, definindo seus beneficiários e o modelo a ser adotado para sua distribuição" como afirma (FERRAZ,2006).

Esta concepção inclui a possibilidade de vigilância da sociedade civil sobre a observância de regras e de acordos, juntamente com a abertura para a formulação conjunta de diretrizes e metas. Neste entendimento, o controle social estaria atrelado ao trabalho entre Estado e sociedade civil.

Segundo Teixeira (2001), o controle social possui duas dimensões: a primeira relacionada à prestação de contas e, a segunda, à responsabilização dos agentes políticos por ações praticadas em nome da sociedade.

O autor acrescenta que a ideia de controle social resgata a noção de soberania popular, uma vez que a população não só participa no momento de eleger seus representantes, mas também pode exercer controle sobre seu mandato de maneira permanente.

De acordo com a coordenadora do Fórum Permanente do Idoso, em Manaus (2011), destaca que "as relações entre a sociedade civil e o Estado, a partir do que está preconizado nas políticas públicas e na própria atitude do poder público, retrata uma relação contraditória", ou seja, o que se analisa é que há soberania popular em alguns aspectos, mas no que tange a independência das ações, ainda ocorre paulatinamente, em virtude do vínculo ou interdependência com o Estado, atitudes protecionistas e a ausência dos representantes legais nos debates de interesse da sociedade civil organizada.

Sendo assim, fica claro que independente de estarem ligados ou não a uma instituição pública, a soberania popular vai continuar exercendo a democracia e se definindo a partir das contradições e das mobilizações sociais com ou sem o apoio do poder público.

Nesse sentido, em algumas fases, há democracia sendo exercida na relação da sociedade civil junto ao Estado, mas que precisa avançar no aspecto de romper com dependências meramente paternalistas e acomodadas por parte da sociedade civil e despertar para as ações reivindicatórias que possam ser concretizadas, ou seja, realizar atividades no setor privado em benefício do interesse público.

Enquanto para Raichelis (2007, p.81), abre-se um novo cenário para a ação coletiva em que:

O espectro que caracteriza este amplo movimento associativo aponta, portanto, para profundas redefinições nas relações Estado-sociedade e para diferentes articulações estatal/público/privado.

Nesta direção, é o movimento social em busca da efetivação dos direitos que se caracteriza como controle social. Em que a mudança social na década de 1980, marca o cenário composto pela ampliação política dos mecanismos sociais como estratégias que visam o aumento da participação da sociedade civil em seus diversos segmentos.

Portanto, o controle social está atrelado à concepção de resgatar a participação entre o Estado e a sociedade civil, ratificando a fiscalização em prol da

cidadania e garantindo a representatividade em detrimento a manipulação das reivindicações para a implementação das políticas públicas.

2.2.1 Demandas defendidas no conselho, tendo por referência a associação de idoso que representa

Os conselhos gestores de controle das políticas públicas são considerados espaços para o exercício da cidadania, uma conquista envolta por muitas lutas na realidade brasileira.

Pode-se constatar uma avaliação dos representantes sobre o resultado das reivindicações apresentadas no conselho que corresponde às situações em que eles se reconhecem neste processo a partir do resultado do estudo realizado por Pereira (2011):

Olha, assim, das reivindicações lá no Conselho nós não temos muito, não tem reivindicações, até porque a gente não consegue muita coisa no Conselho, primeiro porque a casa não tem documentação e isso tem sido dificuldade pra cá, pra nós, pra conseguir verba pra trabalhar e desenvolver um bom trabalho, fora através das articulações que nós temos, a gente consegue desenvolver um trabalho melhor(...). Estou conseguindo. (IR, 70 anos)

Neste depoimento, observa-se que participar do conselho não garante que as demandas ou mesmo as necessidades das associações sejam atendidas, pois o conselho é deliberativo quando a demanda representativa se destaca por interesses que vão beneficiar a coletividade independente de o idoso estar organizado em associações ou não.

São debates para fiscalizar a implementação das políticas públicas e não para atender demandas isoladas de grupos e associações.

Neste sentido, percebe-se um desconhecimento das atribuições dos conselhos por parte de alguns representantes do segmento idoso

E ainda,

A gente tem lutado, não só eu, mas as minhas colegas também, que somos quatro, a gente tem lutado, reivindicando mais melhorias para o Conselho pra SEMED. A gente tem pedido um olhar mais diferenciado, a gente tem até enfrentado de alguma forma umas situações lá na SEMED, de que como é um projeto que veio mais pra somar, as pessoas pensam é mais um projeto que veio pra carregar peso (...) a gente sempre quer melhoria de transporte, da temática nas escolas, a gente está entrando, está batendo na

tecla até do Estatuto do Idoso, nós estamos levando o Estatuto para as escolas, tinha escola que não tinha o Estatuto na sua biblioteca, e nem o professor tinha o conhecimento. O que é pior ainda(...). (IR, 73 anos)

Este representante por ser idoso e desenvolver um papel de divulgador das políticas de proteção ao idoso, já tem um discurso politizado no sentido de ampliar os espaços de debate, segundo ele a ideia é buscar espaços como as escolas para que os alunos tenham conhecimento sobre a legislação de proteção aos idosos e assim possam acompanhar e ajudar na divulgação da reivindicação pela melhoria do transporte coletivo, por exemplo.

Essas reivindicações têm melhorado muito, porque nós estamos tendo resultados, com a ajuda do governo municipal e estadual, porque a gente precisa deles, a parceria juntos tem resolvido muito. (MRCo, 50anos)

Este discurso é mais confiante, em que a parceria entre o Estado e a sociedade civil possam facilitar na gestão das políticas públicas, e assim ampliar os serviços sociais de atenção ao segmento idoso.

Ou seja, considerar a posição de um grupo organizado, como afirma Nogueira (2005, p.159):

A participação é tanto mais efetiva quanto mais se articula com a representação, seja no sentido de “aproveitá-la” como espaço privilegiado da negociação política ampliada, seja no sentido de pressioná-la para que se abra cada vez mais à diversidade social e a própria democracia.

Desta maneira, durante as últimas décadas, observa-se que a questão da participação ganha relevância mesmo que ainda seja latente a falta de participação política, de conhecimento das atribuições enquanto conselheiro e de novos contornos na relação da sociedade civil, o Estado.

Ainda trazendo outros depoimentos sobre as reivindicações levadas aos conselhos, podemos observar no depoimento de um idoso representante que declara não ter essa postura para reivindicações, “Eu nunca fui atrás, entendeu?” (IR, 73anos) e três não responderam.

Esta questão de não reivindicar é algo que dificulta no processo de luta, mas não deixa de ser um direito que assiste ao idoso em não querer participar. Por outro lado, aos conselhos, espera-se que tenham maior clareza de suas atribuições na relação do controle social para não incorrer em erros ou mesmo no descumprimento

das ações executadas junto aos órgãos executores.

Ou seja, através dos conselhos, foi a maneira que os segmentos sociais encontraram para se representarem junto a atuação da sociedade civil.

Neste sentido, outra forma, de perceber como os representantes avaliam os resultados das reivindicações, foi buscando conhecer as necessidades das organizações em que trabalham, se estas são atendidas pelo conselho ou não.

Já a representante da Fundação Dr. Thomas (FDT), destaca que as reivindicações debatidas no conselho são repassadas e as decisões são definidas a partir desta Instituição considerando que a mesma é responsável pela Coordenação da Política Municipal do Idoso.

Nesse processo histórico, o Conselho Municipal do Idoso, na visão dos representantes vem avançando, pois em 2011/2012, conseguiram eleger uma Conselheira Presidente representante da sociedade civil, considerando que durante uns 15 anos consecutivos, este cargo era representado pelos Presidentes da FDT/Coordenação da Política Municipal do idoso, o que dificultava o andamento dos debates e reuniões do referido conselho, em virtude de fatores como: o excesso de atribuições que compete a este gestor, conforme o depoimento abaixo:

Como já mencionei de 2002 a 2004 fiquei como estagiária do Serviço Social. De 2004 até a atualidade sou contratada pela Fundação Dr Thomas, no regime celetista e hoje na função de Assistente Social do PADI. No caso da Fundação há uma situação inusitada, por ser a coordenadora da Política Municipal do Idoso a presidente do Conselho, fica diretamente dependente administrativamente, o suporte de pessoal e de material entre outras necessidades, motivo que tem levado a estreitar os laços de parcerias. No entanto, o Conselho é o órgão fiscalizador da Política Municipal do Idoso, mas nesta gestão não existe conflitos, há realmente parceria política entre a presidência Fundação/Conselho (RG, 43 anos).

Neste sentido há uma fragilidade expressiva nos debates, pois nas reuniões do conselho ficam restritas somente a trocas de informações, considerando que os representantes do Estado, geralmente não comparecem aos debates e assim tornam-se um entrave na deliberação de questões que poderiam ser resolvidas durante os encontros de conselheiros. Dessa forma relatos como estes comprovam as fragilidades nos conselhos,

existem muitas necessidades, mas que foram atendidas ainda não. Não quero dizer que a pessoa que saiu do cargo não estava fazendo, ela tinha

boa vontade, mas pelo fato de ela ser uma funcionária do governo ela esbarrava na burocracia e achava que se ela fosse encarar aquilo ela ia perder o emprego (...). Nós precisamos de funcionários, de material humano como vigia, pessoa pra fazer a limpeza, tem agora a pessoa do mingau e os recursos pra fazer manutenção que nós não temos, limpeza de ar-condicionado (...) (FAP,54anos).

Para os conselheiros, tanto as reivindicações políticas quanto às necessidades materiais, devem ser atendidas nas reuniões do conselho, desta forma outros representantes afirmam não haver necessidade na sua instituição “até agora não houve essa necessidade graças a Deus”. (IR, 70anos), dois não responderam e um não entendeu a pergunta.

É importante observar o desconhecimento na questão das atribuições do conselho, considerando que os participantes muitas vezes atribuem a busca de soluções de problemas nesse órgão, mas ele tem por objetivo deliberar reivindicações referentes as políticas de atenção ao idoso.

De acordo com a pesquisa de Pereira (2011, p.28):

A avaliação dos representantes, aponta para a percepção de sujeitos que se reconhecem no processo de reivindicações e visualizam resultados e, outros que afirmam não reivindicar. Verificamos ainda, a visão dos representantes sobre as necessidades de suas organizações, na qual alguns revelam estarem sendo atendidas pelo Conselho e outros não.

Neste contexto, faz-se uma análise a partir da articulação de interesses e reivindicações, onde é observado com frequência quando os idosos e os representantes do segmento, possuem uma experiência em mobilização social, adquirida ainda no período das relações de trabalho.

Quando participavam dos sindicatos, nos movimentos por melhores garantias de ganhos salariais e que no período da aposentadoria continuam envolvidos em movimentos sociais segmentados para melhorar as condições de vida na velhice. Os quais participam ativamente, através de encontros, fóruns e conselhos, que em conjunto com outros idosos desempenham o exercício de uma participação política para ampliar as garantias de direito na sociedade.

Caso contrário, a participação fica reduzida apenas aos canais de participação como destacam os teóricos que debatem sobre esta temática. Como define Gohn (2003, p.57), que “não será apenas a sociedade civil a grande dinamizadora dos canais de participação, mas também as políticas públicas”, ou seja, a articulação entre principalmente o poder público junto aos conselhos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho foi analisar a importância da participação dos idosos nas associações de idosos em Manaus. Desta forma, pretendeu-se contribuir para um maior entendimento sobre as ações sociais que são realizadas a partir do envolvimento da sociedade civil ao se organizar através das reivindicações no momento em que reconhecem o crescimento populacional dos idosos no Brasil.

Enquanto as mobilizações sociais, por exemplo, são o marco central da participação popular antes da Constituição Federal de 1988, através da base comunitária que serve como elo entre os debates que se iniciam e, estimulam o reconhecimento no processo de participação e entre o enfrentamento das demandas que são observadas no cotidiano dos idosos, a medida em que as políticas sociais avançam de acordo com a pressão dos movimentos populares e da maneira como a sociedade civil se organiza face aos contextos históricos.

Nesta direção, as transformações que ocorreram após a Constituição Federal de 1988, foram base para os debates, destacando a sociedade civil a partir da capacidade de atuar como controle social junto ao setor público.

A década de 1990 foi um marco na concretização da participação, a partir do exercício da cidadania democrática em que a sociedade civil a partir de um debate coletivo, mas atuante consegue colocar em pauta a importância de exercer a participação para avançar na representatividade.

Gohn (2004) destaca usualmente, que nos anos 90, participa-se de causas coletivas quando estas causas têm a ver com o mundo vivido pelas pessoas, e não porque estejam motivadas pelas ideologias que fundamentam aquelas causas. Na realidade as associações de idosos e suas representações inicialmente trabalham com uma visão voltada ao voluntariado. Com o decorrer do tempo, a sociedade civil se organiza e avança paulatinamente com visibilidade social e política em busca da consolidação das políticas públicas.

Quanto a visibilidade social podemos observar no decorrer da pesquisa de campo algo singular entre os representantes das associações de idosos que muitos tinham nesta representatividade uma "vitrine" ou mesmo um "status" no que tange a uma visibilidade política ou mesmo a uma busca de um emprego ou de garantias que nestas funções poderiam manter as articulações para buscar mais parcerias e



financiamentos para suas associações ou para seu crescimento pessoal.

Portanto, a estimulação da participação do idoso nas associações de idosos em Manaus, vem gradativamente ganhando espaço no cenário público, à medida em que o poder público e a sociedade de modo geral reconhecem os avanços na história do movimento social voltado a atender o segmento idoso.

Outrossim, o Estado ao ampliar os mecanismos que garantem a melhoria nas condições de vida dos sujeitos sociais, garantem aos idosos uma melhoria na prestação dos serviços por parte do poder público e da participação no controle social da sociedade civil. Partindo nesta direção, acredita-se que é o movimento em busca da efetivação dos direitos que se caracteriza como controle social.

Por fim, é o controle social atrelado à concepção de estímulo da participação nos debates entre o Estado e a sociedade civil organizada, que exercitada como cidadania, garante à representatividade dos participantes em detrimento das reivindicações que se tornam demandas sociais para a criação das políticas públicas.

Outro fator trabalhado, se referiu em apresentar alguns históricos da criação das associações de idosos em Manaus, algo que nos demonstrou muitas dificuldades em encontrar os fundadores das associações e com eles construir um breve histórico fazendo um resgate da memória de alguns fundadores que em suas características próprias não buscaram registrar o histórico de seus grupos com profundidade, apenas guardam com eles grandes relatos sem registros prévios o que ao longo dos anos muitas informações vão se perdendo em virtude do próprio tempo.

Tais registros, marcam o processo de luta e de solidariedade em que dá a possibilidade de transformar os grupos de idosos em associações de idosos tendo em vista dois fatores relevantes: a visão do crescimento de idosos em Manaus que ficam ociosos em seus domicílios e a acabam por acelerar seu processo de envelhecimento, e outro é que ao participarem das associações de idosos, buscam uma novo papel social para suas vidas nestes espaços.

Quanto às associações de idosos da sociedade civil nos órgãos de controle da política pública voltada ao idoso, foi possível refletir sobre a atuação através da participação dos representantes os quais demonstram aspectos ampliados como: as condições de participação, as relações das associações com os órgãos de controle

de política pública, sendo ainda fragilizadas as formas de participação, em que faz necessário buscar um trabalho técnico para acompanhar, implementar e ampliar as reivindicações junto aos órgãos de controle social que possam beneficiar mais grupos e associações de idosos ou mesmo aos idosos que não buscam esse tipo de participação.

Ao delimitar a pesquisa foi possível levantar o perfil dos idosos, participantes das associações de idosos, que estão diretamente ligados à forma de organização de suas associações no sentido de sabermos qual a busca dos mesmos nestes espaços. Foi possível observar que os idosos oscilam entre os que buscam apenas o lazer e o esporte e, um outro que vem ampliando a participação social e política nos debates sobre os mecanismos de proteção ao segmento idoso, preocupados em firmar direitos e deveres que garantam a todos os idosos a possibilidade de usufruir dos bens e serviços como direito.

Nesse sentido, esta participação dos idosos nestas modalidades de participação garante o avanço em que este estudo registra que na eleição do Conselho Municipal do Idoso, pela primeira vez na eleição do presidente do Conselho, uma representante da sociedade civil foi escolhida, e tem as características necessárias para desenvolver um trabalho voluntário em compromisso com a questão do segmento idoso, reforçando assim a organização da sociedade civil com terceiro setor.

Diante dessas considerações, as sugestões são que outros pesquisadores possam desenvolver estratégias para uma atuação técnica e científica voltada em investir na capacitação da sociedade civil para exercer a democracia, fortalecendo assim, a cidadania em conjunto com o Estado, tendo sempre o idoso como sujeito social da história da participação cidadã em detrimento da implementação das políticas públicas.

Quanto à construção do trabalho, a reflexão é que foi algo desafiador no sentido da produção científica enquanto pesquisadora social e que possibilitou o desvelamento de aspectos que envolvem diretamente os três setores que se articulam entre o Estado, a sociedade civil e mercado, no campo dos movimentos sociais, mas claro não estão no mesmo patamar de envolvimento com os movimentos sociais, este envolvimento já demonstra uma ampliação dos debates, considerando que muitas pesquisas ainda precisam evoluir para assessorar o

desenvolvimento das ações garantindo um suporte técnico de maneira singular aos grupos e associações de idosos da região amazônica.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Vera Lúcia Valsechi. **Modernidade e velhice**. In: Revista Quadrimestral de Serviço Social. Ano 27, n.75, set., 2003. 35-54 p.
- AMMANN, Safira Bezerra. **Participação Social**. 2.ed. rev. amp. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978. [Originalmente apresentada como tese de mestrado à Universidade de Brasília em 1976].
- ANDRADE, Renato Almeida de. **O enfrentamento da questão social e o terceiro setor e suas condições de trabalho nas ONGs**. Vila Velha: Univila, 2006.
- BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BIDARA, Zelimar Soares. **Conselhos gestores de políticas públicas: uma reflexão sobre os desafios para a construção dos espaços públicos**. Rio de Janeiro: UFAJ/PPGESS, 2001.
- BARROS, Myriam Moraes Lins de Barros (Org.). **Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política - 2 ed.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. \_\_\_\_\_ DEBERT, Guita Grin. **Antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade**. p.49-67.
- BORGES, Maria Claudia Moura. **Os Idosos e as Políticas Públicas e Sociais no Brasil**. In: SIMON, Olga Rodrigues de Moraes Von; NERI, Anita Liberalesso,
- BORN, Tomiko (Org). **Cuidar Melhor e Evitar a Violência: Manual do Cuidador da Pessoa Idosa**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Subsecretaria de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos, 2008. 330 p.
- BREDEMEIER, Sonia Mercedes Lenhard. **Conselho do Idoso como espaço público**. In: Revista Quadrimestral de Serviço Social. Ano 27, n.75, set. 2003. 84-102. p.
- BRUNO, Marta Regina Pastor. In: Revista Quadrimestral de Serviço Social. Ano 27, n.75, set. 2003. 74-83 p.
- CACHIONI, Meire (Orgs.). **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2006. (Coleção velhice e sociedade).
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, v.1. **Caderno do Delegado**, 2011.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE DIREITOS DO IDOSO. **Construindo a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa - RENADI**. Brasília: [S.n], v.1, 2006.
- DAGNINO, E. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando**. [S.l.]: [S.n], 2004. 95-110 p.
- DEBERT, Guita Grin. **A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade**. Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- ENCONTRO NACIONAL DOS FÓRUNS DA SOCIEDADE CIVIL DE DEFESA DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA, 2, 2010, Caucaia. **A mobilização e articulação de fóruns da sociedade civil em defesa dos direitos da pessoa idosa com ênfase**

**no controle social democrático.** [S.l]: [Rio de Janeiro]: SESC, 2010.

**Estatuto da Pastoral da Pessoa Idosa.** Manaus: [S.n], 2004. (Documento fornecido pela Arquidiocese de Manaus-Am).

**Estatuto Social.** [S.l]: [S.n], [S.d].

**Estatuto do Idoso.** (Lei nº10.741, de 1º de outubro de 2003).

**Estudos de Políticas Públicas: Teoria Social.** Rio de Janeiro: UFAJ/ PPGESS, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Cidadania e direitos da pessoa idosa: Ser Social.** In: Revista do Programa de Pós Graduação em Política Social. Brasília, UNB, n. 20, jan./jun. 2007. 35-61 p.

\_\_\_\_\_. **Violência contra a pessoa idosa ocorrências, vítimas e agressores.** Brasília: Universa, 2007.

FERNANDES, Rubens César. A 'invenção das ONGs' - o tempo do 'serviço invisível', 'de costas para o Estado' Site: [www.rits.org.br](http://www.rits.org.br) visita em junho de 2007.

FLEURY, S, Ouverney AM. **Gestão de redes: a estratégia de regionalização da política de saúde.** Rio de Janeiro: FGV, 2007. 204 p.

FRANCO, Augusto de. **Manual para criação de uma ONG: As novidades da nova lei do terceiro setor,** 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003. [9 Coleção questões da nossa época, v.84].

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

GUEDES, Simoni Lahud. **A Concepção sobre a Família na Geriatria e na Gerontologia Brasileiras: ecos dos dilemas da multidisciplinaridade.** In: RBCS v.15, n.43, jun. 2000.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A Ideologia da Velhice.** São Paulo: Cortez, 1986.

\_\_\_\_\_. **Direito à Velhice.** São Paulo: Cortez, 1993.

JACOBI, Pedro. **Movimentos Sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

KAMEYAMA, Nobuco. **Nova Configuração das Políticas Sociais.** In: Revista Quadrimestral de Serviço Social, Rio de Janeiro: UFAJ/ PPGESS. Ano 27, n.88, Nov. 2006.

LANG, Alice Beatriz da S. G. (org). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica.** São Paulo: CERU,1992. 140 p. (Textos Ceru; v. 2, n.3).

**Lei Orgânica da Assistência Social: LOAS.** Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

**Lei da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público: OSCIP's.** Lei nº 9.790/99.

NERI, L.Anita(org.). **Desenvolvimento e Envelhecimento: perspectivas biológicas e sociológicas.** 2 Ed. São Paulo: Papirus, 2006.

MERCADANTE, Elizabeth F. **Velhice**: a identidade estigmatizada. In: Revista Quadrimestral de Serviço Social Ano 24, n.75, set. 2003. 55p.

Revista Quadrimestral de Serviço Social. Ano 27, n.75, set. 2003. 55-73p.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.(Biblioteca básica de serviço social; v.5)

MOTTA, Alda Brito. Sociabilidade possíveis: idosos e tempo geracional. Tese de Doutorado. In: **Congresso Brasileiro de Sociologia**, 9, Porto Alegre.1999. Revista Bahia, v.10, n.4,mar. 2001.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a Sociedade Civil**. 2.ed. São Paulo: Cortez, [S.d].

NERI, Anita Liberalesco (org). **Idosos no Brasil**: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Perseu Abamo, 2007. (Edições SESC)

PAPALÉO NETTO, M. O estudo da velhice no século XX: histórico, definição do campo e termos básicos. In: FREITAS, E. et al.(Orgs.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Kroogan, 2002. p. 2-12.

PEREIRA, Josiara Reis. **A Participação Sociopolítica dos Representantes Governamentais e da Sociedade Civil no Conselho Municipal do Idoso de Manaus**. Manaus: UFAM, 2011. (Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal do Amazonas).

PIERINE, J. **Grupos de pressão na Câmara dos Vereadores da cidade de Curitiba**. Ponta Grossa, 2003. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Disponível em: <[http://www.bicen-tede.uepg.br-tde\\_busca\\_arquivo.php](http://www.bicen-tede.uepg.br-tde_busca_arquivo.php)> Acesso em: 22 de jul. de 2012.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Pesquisador, o Problema, a Escolha de Técnicas: algumas reflexões. In: LANG, Alice Beatriz da S. G. (org). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo: CERU,1992. 13-29 p. (Textos Ceru; v. 2, n.3).

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e Conselhos de assistência social**: caminhos da construção democrática. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política**: quem manda, por que manda, como manda. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1986.

RODRIGUES, Nara. **PNI**: retrospectiva da política nacional do idoso. IN: Revés do Aveso, São Paulo, n.14, out. 2005. 84-90 p.

ROCHA, Gilmar. **Sob o signo de Saturno**: Reflexões Antropológicas em torno da velhice. In: Cad. Serv. Soc. Belo Horizonte, v.3, n.3. dez.1998. 26-55 p.

SALGADO, M. A. **Velhice**: uma nova questão social. 2. ed. São Paulo: SESC-CETI, 1982. 121p.

SILVA & SILVA, Maria Ozanira et al. **Pesquisa avaliativa**: aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras Editora, 2008.

SILVA, Elizete Conceição. **Velhice**: análise crítica da construção da “categoria” e sua re-construção em relação ao tempo produtivo. In: Revista Kairós: gerontologia, Núcleo de estudo e Pesquisa do Envelhecimento. Programa de Estudos de Pós-Graduação em Gerontologia. São Paulo, PUC, v.7, n.2, dez. 2004.

SORIANO, Rojas Raíl. **Manual de Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

TEIXEIRA, E. **O Local e o Global, Limites e desafios da participação cidadã**. 3 ed.[S.l]: Cortez, 2003.

VERAS, Renato. **A longevidade da população**: desafios e conquistas. In: Revista Quadrimestral de Serviço Social. Ano 24, n.75, set. 2003.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

WITTER, Geraldina Porto. **Produção Científica na Delimitação de um Campo de Estudo**. O envelhecimento. Envelhecimento: Referências Teóricas e Pesquisas. São Paulo: Editora Alínea, 2006.

ZACHAREWICZ, Fernanda. **Velhice**: uma breve recuperação histórica. Dissertação de mestrado em Gerontologia da PUC-SP. In: Revista Kairós, São Paulo, n.2, dez. 2003. 81-93 p.

# APÊNDICE





**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS- UFAM**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - ICHL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE**  
**NA AMAZÔNIA- PPGSS**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

Nome da Associação:- -----

Nome do Coordenador / Idoso:- -----

Telefone Contato: -----

Idosos (as)

1. Há quanto tempo participa desta associação?
2. Que atividade é desenvolvida na associação?
3. Como são programadas as atividades na associação?
4. Cite uma das atividades que vocês (idosos) mais participam e explicar por quê?
5. Como você se percebe diante dos movimentos para garantia das políticas de atenção a pessoa idosa?

Coordenador (a)

1. Quanto a sua coordenação como foi eleita para esta função?
2. Você gosta de ser coordenadora e o que acha que é sua função?
3. Esta associação participa do Conselho do Idoso? Caso afirmativo em qual?
4. Você leva assuntos tratados na sua associação ao conselho?
5. Como avalia as reivindicações dos idosos na sua associação?
  
6. Como esta associação participa e se movimenta para ser reconhecida pelos idosos para ter mais associados idosos e ser reconhecida na sociedade?
  
7. Quando você organiza a associação para inserir-se nos Programas e Projetos sociais em Manaus?

Manaus, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS- UFAM**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - ICHL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE**  
**NA AMAZÔNIA- PPGSS**  
**TERMO DE ANUÊNCIA**

Eu \_\_\_\_\_ Coordenador do Conselho Estadual do Idoso, declaro para os devidos fins que concordo em apoiar o desenvolvimento do Projeto de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade – PPGSS, da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, intitulado: **“A participação dos idosos em associações de idosos da sociedade civil em Manaus nos anos 2010”**, a ser realizado pela discente **Úrsula Castro Lapa** sob a orientação da **Profª. Drª. Yoshiko Sassaki**, docente do PPGSS. A referida pesquisa tem por objetivo **Analisar a participação dos idosos nas associações de idosos da sociedade civil de Manaus**, junto aos sujeitos da pesquisa.

A investigação científica será realizada por meio de pesquisa documental e de campo, através da análise de documentos referente à operacionalização dos Órgãos Colegiados que estão envolvidos com os grupos comunitários de idosos e por meio de entrevistas junto aos Coordenadores Municipal e Estadual do Idoso, aos Conselheiros Estaduais e Municipais do Idoso, aos profissionais, coordenadores e aos idosos das associações de idosos, definidos a partir de critérios estabelecidos pela pesquisadora no projeto de pesquisa.

A qualquer momento posso realizar contato para obter maiores esclarecimentos sobre o andamento da pesquisa com a orientadora e a pesquisadora na Universidade Federal do Amazonas- UFAM, pelo endereço Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos nº 3.000 Campus Universitário Bairro Coroadó I, no departamento de Pós-Graduação em Serviço Social- PGSS, ou pelos telefones de contato: (92) 93765967/ 99912472.

Manaus, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 Conselho Estadual do Idoso

Testemunhas: \_\_\_\_\_

Nome Completo

RG:

RG:



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS- UFAM  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - ICHL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE  
NA AMAZÔNIA- PPGSS**

---

**TERMO DE ANUÊNCIA**

Eu.....

Participante da Associação-----declaro para os devidos fins que concordo em apoiar o desenvolvimento do Projeto de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade – PPGSS, da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, intitulado “*A participação dos idosos em associações de idosos da sociedade civil em Manaus nos anos 2010*”, a ser realizado pela discente *Úrsula Castro Lapa* sob a orientação da *Profª. Drª. Yoshiko Sassaki*, docente do PPGSS. A referida pesquisa tem por objetivo *Analisar a participação dos idosos nas associações de idosos da sociedade civil de Manaus*, junto aos sujeitos da pesquisa.

A investigação científica será realizada por meio de pesquisa documental e de campo, através da análise de documentos referente à operacionalização dos Órgãos Colegiados que estão envolvidos com os grupos /associações de idosos e por meio de entrevistas junto aos Coordenadores Municipal e Estadual do Idoso, aos Conselheiros Estaduais e Municipais do Idoso, aos profissionais, coordenadores e aos idosos das associações de idosos, definidos a partir de critérios estabelecidos pela pesquisadora no projeto de pesquisa.

A qualquer momento posso realizar contato para obter maiores esclarecimentos sobre o andamento da pesquisa com a orientadora e a pesquisadora na Universidade Federal do Amazonas-UFAM, pelo endereço Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos nº 3.000 Campus Universitário Bairro Coroado I, no departamento de Pós-Graduação em Serviço Social- PGSS, ou pelos telefones de contato: (92) 3234-4379/ 99912472.

Manaus, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

---

Assinatura



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS- UFAM**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - ICHL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE**  
**NA AMAZÔNIA- PPGSS**

---

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

---

Convidamos a Sr<sup>a</sup>. para participar do Projeto de pesquisa: : “ **A participação dos idosos em associações de idosos da sociedade civil em Manaus nos anos 2010**”, das pesquisadoras **Dr<sup>a</sup>. Yoshiko Sasaki** e da mestrandia em Serviço Social e sustentabilidade na Amazônia **Úrsula Castro Lapa**, cujo objetivo é analisar a participação dos idosos nas associações de idosos da sociedade civil de Manaus. Destacamos que o referido trabalho poderá incidir positivamente para a realidade dos sujeitos envolvidos, pois dará visibilidade a avaliação dos participantes e dos coordenadores de idosos das Associações de Idosos, bem como suas formas de organização e participação da garantia do exercício das políticas públicas para o segmento idoso. Informamos ainda, que sua participação é inteiramente voluntária e consiste em apenas responder perguntas de um questionário que será aplicado, sendo que tais informações obtidas poderão ser gravadas, além de registros fotográficos, sendo estes utilizados para fins do presente estudo, devendo guardar sigilo sobre a sua pessoa.

Informamos ainda, que você pode se negar a responder qualquer pergunta, bem como também se retirar do estudo a qualquer momento que desejar, sem que como isso, tenha qualquer prejuízo. Embora saiba que os riscos inerentes à sua participação na pesquisa são mínimos, ressaltamos que, em caso de dúvida, você pode procurar informação, a qualquer momento, com a orientadora responsável por este estudo, a senhora Yoshiko Sasaki, Doutora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade – PPGSS da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, através do endereço: Av. Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000, Campus Universitário - Bairro Coroado I, ou pelo telefone do Dep. de Serviço Social 3647-4378 / 99912472.

Fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do Projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que vou guardar.

_____ Assinatura do participante	ou	<div style="border: 1px solid black; width: 100%; height: 100%;"></div>	____-____-____ Data
_____ Pesquisadora Responsável		Impressão do dedo polegar Caso não saiba assinar	____-____-____ Data